

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Camila Alvarez Djurovic

**Centros de Pesquisa e Referência nos museus da Secretaria de Estado da
Cultura de São Paulo: um estudo comparativo**

ESPECIALIZAÇÃO EM MUSEOLOGIA, CULTURA E EDUCAÇÃO

**São Paulo
2022**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Camila Alvarez Djurovic

Centros de Pesquisa e Referência nos museus da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo: um estudo comparativo

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em Museologia, Cultura e Educação, sob a orientação do Prof. Me. Maurício Rafael.

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Ficha catalográfica:

[V. corrigida: <http://biblio2.pucsp.br/ficha/>]

Nome: Camila Alvarez Djurovic

Título: Centros de Pesquisa e Referência nos museus da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo: um estudo comparativo

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA em Museologia, Cultura e Educação, sob a orientação do Prof. Me. Maurício Rafael.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Nome Completo – Sigla da Instituição

Prof. Me. Nome Completo – Sigla da Instituição

Prof. Me. Nome Completo – Sigla da Instituição

AGRADECIMENTOS

Concluo com este trabalho um ciclo de muito crescimento e aprendizado, pelo qual agradeço:

Ao meu professor e orientador Mauricio Rafael, pela troca generosa e atenciosa;

A todos os colegas e professores do Curso de Especialização em Museologia, Cultura e Educação da PUC-SP, com os quais compartilhei essa jornada;

Às queridas Mariana Esteves e Marília Bonas, por toparem participar da banca e por muito mais (S2);

A todas as parceiras da Expomus, com as quais aprendo diariamente e me aventuro no universo dos museus;

À amada amiga Luiza Ramos, pela revisão do projeto de pesquisa;

Aos colegas do Memorial da Resistência, em especial à Julia Gumieri, pelos anos de troca e pelo envio das entrevistas que realizamos juntas;

Aos gestores dos Centros de Referência consultados: Andressa Anjos de Oliveira, do Museu Índia Vanuíre, Henrique Trindade, do Museu da Imigração, e Camila Aderaldo, do Museu do Futebol, que gentilmente compartilharam informações essenciais para essa pesquisa;

Ao meu companheiro de vida e incentivador Raphael Escobar;

Aos meus pais, Silvia Alvarez e Milan Djurovic, por todo o amor e apoio.

Resumo

DJUROVIC, Camila Alvarez. **Centros de Pesquisa e Referência nos museus da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo: um estudo comparativo. 2022. 86 f.** Monografia (Curso de Especialização em Museologia, Cultura e Educação) – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

O trabalho visa debater a constituição dos Centros de Pesquisa e Referência no âmbito dos museus da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, identificando quais as características gerais desses organismos, sua função específica dentro da cadeia operatória museológica, seus possíveis perfis institucionais e sua relevância para o desenvolvimento das práticas museológicas contemporâneas – em especial para os desafios da pesquisa em museus. Para tanto, propõe uma análise comparativa a partir da experiência de três instituições museológicas paulistas: Museu do Futebol, Museu da Imigração e Museu Índia Vanuíre.

Palavras-chave: Museus; Política museal; Centro de Referência; Pesquisa; UPPM/SEC

Abstract

DJUROVIC, Camila Alvarez. **Research and Reference Centers in the museums of the State Secretary of Culture of São Paulo: a comparative study. 2022. 86 f.** Monography (Specialization Course in Museology, Culture and Education) – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

The work aims to discuss the constitution of Research and Reference Centers within the museums of the Secretary of Culture and Creative Economy of the State of São Paulo, identifying the general characteristics of these organisms, their specific function within the museological operational chain, their possible institutional profiles and its relevance its relevance to the development of contemporary museological practices – in particular to the challenges of research in museums. Therefore, it proposes a comparative analysis based on the experience of three museological institutions in São Paulo: the Football Museum, the Immigration Museum and the India Vanuíre Museum.

Keywords: Museums; Museum policy; Reference Center; Research; UPPM/SEC

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E IMAGENS

Quadros

Quadro 1 - Status de implantação dos CPR nos museus da UPPM/SEC em 2022 ...	26
Quadro 2 - Atendimentos realizados pelo CPPR entre 2017 e 2021	61

Figuras

Figura 1 - Processo de musealização do patrimônio	30
Figura 2 - Museus tradicionais e novos processos de musealização	34
Figura 3 - A pesquisa básica e a aplicada nos processos de musealização	42
Figura 4 - Organograma da parte técnica do Museu do Futebol	52
Figura 5 - Desenho original para o espaço físico do CPPR.....	60
Figura 6 - Espaços e usos do CPPR no ano de 2020.....	60
Figura 7 - Organograma do Museu Índia Vanuíre	71

Imagens

Imagem 1 - Edifício-sede do Museu do Futebol	44
Imagens 2 e 3 - Espaço do CRFB	51
Imagem 4 - Edifício-sede do Museu da Imigração	54
Imagem 5 - Espaço do CPPR	60
Imagem 6 - Edifício-sede do Museu Índia Vanuíre	63
Imagens 7 e 8 - Espaço do Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

CPPR - Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração

CPR - Centro de Pesquisa e Referência

CRFB - Centro de Referência do Futebol Brasileiro

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - Conselho Internacional de Museus

MF - Museu do Futebol

MI - Museu da Imigração do Estado de São Paulo

MIV - Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

MRSP - Memorial da Resistência de São Paulo

OS - Organização Social de Cultura

SEC - Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo

SISEM-SP - Sistema Estadual de Museus de São Paulo

UPPM - Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – Conformação dos Centros de Referência e consolidação no âmbito das políticas museais paulistas	16
1.1 Bibliotecas, arquivos e centros de referência de museus: afinidades e especificidades	16
1.2 Estruturação das políticas museais brasileiras e fortalecimento da pesquisa em museus	19
1.2.1 Renovação da gestão pública paulista na área da cultura	22
1.3 Estruturação dos Centros de Pesquisa e Referência (CPR) pela UPPM/SEC	23
1.3.1 Cenário atual: um panorama da implantação dos CPR	26
CAPÍTULO 2 – O gerenciamento da informação pelo enquadramento da Museologia	29
2.1 A cadeia operatória museológica	29
2.1.1 Os procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais	31
2.1.2 Novos modelos de musealização: pesquisa e salvaguarda de referências culturais	33
2.2 Lugares e funções da pesquisa nos museus	36
2.2.1 A pesquisa na cadeia museológica	39
CAPÍTULO 3 – Estudos de caso: a produção de conhecimentos em três museus paulistas	44
3.1 Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB)	44
3.1.1 Apresentação do Museu do Futebol	44
3.1.2 Histórico de implantação do Centro de Referência	45
3.1.3 Missão e objetivos	47
3.1.4 Acervos	47
3.1.5. Pesquisa, documentação e referenciamento	48
3.1.6 Difusão e ações de formação	49
3.1.7 Parcerias	50
3.1.8 Acesso e uso	50
3.1.9 Estrutura organizacional	51

3.1.10 Diretrizes futuras e desafios	53
3.2. Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração (CPPR)	53
3.2.1 Apresentação do Museu da Imigração	53
3.2.2 Histórico de implantação do Centro de Referência	55
3.2.3 Missão e objetivos	56
3.2.4 Acervos	56
3.2.5 Pesquisa, documentação e referenciamento	57
3.2.6 Difusão e ações de formação	58
3.2.7 Parcerias.....	59
3.2.8 Acesso e uso	59
3.2.9 Estrutura organizacional.....	61
3.2.10 Diretrizes futuras e desafios.....	62
3.3. Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista	62
3.3.1 Apresentação do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre	62
3.3.2. Histórico de implantação do Centro de Referência	64
3.3.3 Missão e objetivos	65
3.3.4 Acervos	65
3.3.5 Pesquisa, documentação e referenciamento	66
3.3.6 Difusão e ações de formação	68
3.3.7 Parcerias.....	68
3.3.8 Acesso e uso	69
3.3.9 Estrutura organizacional	70
3.3.10 Diretrizes futuras e desafios	71
3.4. Perfis institucionais dos Centros de Pesquisa e Referência: possíveis funções na cadeia operatória museológica	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	82
ANEXO – Tabela comparativa dos CPR do Museu do Futebol, Museu da Imigração e Museu Índia Vanuíre	87

INTRODUÇÃO

Além de lugares que produzem e difundem conhecimento original, os museus são também objeto de produção da informação, pesquisas diversas e campo de estudo privilegiado da Museologia. Em vista disso, torna-se cada vez mais essencial que os resultados das investigações conduzidas por essas instituições a partir de seus acervos, bem como as informações referentes à sua memória organizacional e suas práticas museológicas, estejam à disposição da sociedade¹.

Se historicamente a pesquisa em museus se restringia ao interior das bibliotecas, arquivos e reservas técnicas, nos dias atuais, em um contexto no qual a conectividade entre pessoas e o acesso à informação são cada vez mais valorizados, as instituições museológicas têm o desafio de democratizar e relacionar em rede a sua produção de conhecimento, a fim de se manterem relevantes socialmente. Mais do que isso, os museus são hoje instados a abrirem suas portas para a participação ativa, crítica e criativa dos públicos em seus múltiplos processos, de modo a ampliar e diversificar suas práticas e narrativas.

Atentas a essas demandas contemporâneas, diversas instituições museológicas vinculadas à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (SEC), mais especificamente à Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), vêm fortalecendo ao longo da última década ações de pesquisa, salvaguarda e referenciamento temático de seus acervos por meio dos chamados **Centros de Pesquisa e Referência (CPR)**, cuja implementação foi incorporada às diretrizes da Política Estadual de Museus.

Embora não haja uma única definição acerca de sua missão, significado e alcance, é possível afirmar que, de modo geral, os centros de referência são estratégias institucionais que funcionam como **instâncias articuladoras** nos âmbitos da gestão de acervo, pesquisa e documentação, tendo como horizonte ampliar a

¹ No Brasil, a demanda do público por acesso às informações institucionais pode ser atribuída ao expressivo aumento do número de cursos na área da Museologia nas duas últimas décadas, fruto da implementação da Política Nacional de Museus. Por outro lado, é também consequência de uma demanda interna dos próprios museus, enquanto um importante subsídio para o desenvolvimento do trabalho das várias áreas e equipes.

produção e o tratamento integrado de conteúdos sobre os acervos e, paralelamente, promover o acesso dos públicos aos mesmos.

Levando em conta esse cenário, a presente monografia visa debater a constituição dos CPR no âmbito dos museus da UPPM/SEC, identificando quais as características gerais desses organismos, sua função específica dentro da cadeia operatória museológica, seus possíveis perfis institucionais e sua relevância para o desenvolvimento das práticas museológicas contemporâneas – em especial para os desafios da pesquisa em museus. Para tanto, propõe uma análise comparativa a partir da experiência de três instituições museológicas paulistas: Museu do Futebol, Museu da Imigração e Museu Índia Vanuíre.

O interesse no desenvolvimento dessa investigação se relaciona diretamente à minha trajetória profissional. Em 2021, quando trabalhava como pesquisadora do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP)², tive a oportunidade de participar de parte do processo de reestruturação do Centro de Referência da instituição, encabeçado pelo Núcleo de Pesquisa. Embora figurasse como uma das linhas de ação museológicas do MRSP desde sua fundação, em 2009, esse setor não havia de fato se desenvolvido programaticamente ou assumido protagonismo nas atividades da instituição ao longo dos anos. Com a falta de uso do espaço anteriormente destinado a receber pesquisadores externos e a obsolescência dos equipamentos para consulta, a gestão vigente em 2017 optou, então, por sua desativação temporária.

Quatro anos depois, quando iniciado o processo de reestruturação, já contávamos com diretrizes preliminares traçadas a partir do Plano Museológico³ e de um projeto aprovado em edital público. No entanto, quando os trabalhos efetivamente começaram, a equipe interna passou a se deparar diariamente com diversas inquietações e indagações, tais como: há algum modelo ou diretriz de como deve se configurar um centro de referência? É possível identificar a mesma estrutura, funções e objetivos em todos os museus que já implementaram esse espaço institucional? O que diferencia a sua atuação de um centro de memória ou de um centro de documentação?

² Museu vinculado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e administrado pela organização social Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), que tem como missão preservar, pesquisar e comunicar as memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano.

³ Revisto e atualizado em 2018 com vistas à expansão institucional.

Como esse organismo deve se relacionar com o acervo, o repertório patrimonial e o público do museu? Como deve ser definida a sua estrutura organizacional? E o seu espaço físico? Afinal, como podemos definir o que é e o que faz um centro de referência?

Em meio a tantas perguntas, nos pareceu oportuno buscar diálogos junto a colegas de outros museus parceiros da rede estadual que já haviam passado por essa experiência e, também, com os técnicos da UPPM, para melhor compreendermos como surgiram e se configuraram essas instâncias e qual papel elas haviam assumido dentro da estrutura de cada instituição. Realizamos na ocasião reuniões virtuais com Tayna Rios, do Comitê de Política de Acervo da UPPM/SEC, e com as gestoras técnicas do Museu da Imigração, Museu da Língua Portuguesa e Museu Catavento, que gentilmente cederam seu tempo para compartilhar conosco suas vivências e reflexões sobre o tema⁴.

A partir dessa interlocução, verificamos que é uma prática comum a busca por inspirações e parâmetros por meio do diálogo entre pares, uma vez que se trata de uma experiência museológica recente. Contudo, tal necessidade também se justifica pelo fato de ainda serem escassas as diretrizes e políticas públicas direcionadas para o tema, bem como a literatura especializada que possa fundamentar esses processos.

Não tive a chance de acompanhar os desdobramentos e participar da implementação efetiva do novo Centro de Referência do Memorial da Resistência, pois, naquele mesmo ano de 2021, me desliguei da instituição para me juntar ao Núcleo de Museologia da empresa Expomus⁵. Com essa nova oportunidade, pude ampliar o olhar para diversas outras instituições e processos museológicos, e observar que a prática dos centros de referência se expandiu no cenário museal brasileiro, fazendo-se cada vez mais presente na requalificação de museus e na criação de novos projetos na área, tanto no âmbito público quanto no privado.

A esse campo de observação profissional, somou-se a minha estimulante experiência como aluna do curso de Especialização em Museologia, Cultura e

⁴ Aproveito para agradecer às nossas interlocutoras na ocasião – Mariana Esteves Martins, Camila Chagas Aderaldo e Paula Paiva Ferreira – que trouxeram importantes contribuições para a reestruturação do CR do Memorial da Resistência e, indiretamente, para elaboração deste trabalho.

⁵ Empresa dirigida por Maria Ignez Mantovani Franco que atua, desde 1981, em projetos de natureza museológica no âmbito social, cultural, científico, tecnológico e do meio ambiente.

Educação da PUC-SP, por meio do qual pude entrar em contato direto, pela primeira vez, com os referenciais teóricos do campo da Museologia e abrir meu olhar para novas práticas museológicas.

Sendo assim, a elaboração deste trabalho se apresentou como uma possibilidade de sistematizar algumas reflexões sobre o assunto que reuni ao longo dessa trajetória e, sobretudo, de colocar em debate outras tantas perguntas que surgiram ao final deste percurso.

Passemos, por fim, à estrutura e à metodologia do trabalho. No primeiro capítulo, buscamos circunscrever a atuação dos centros de referência em comparação com bibliotecas e arquivos (ou centros de documentação) de museus, localizando o seu surgimento no cenário museológico paulista e a sua inclusão como diretriz da política cultural da SEC, em diálogo com o contexto de formação das políticas públicas federais e o fomento à pesquisa nos museus brasileiros.

Entrando nas questões de ordem mais conceitual, o segundo capítulo apresenta algumas ideias inerentes à face aplicada da Museologia, destrinchando os procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais que compõem a cadeia operatória museológica, com destaque para o papel da pesquisa nos museus, seus desafios históricos e suas formas contemporâneas de produção e difusão. Como aporte teórico para embasar a discussão proposta neste capítulo, recorreremos a autores como Manuelina Duarte Cândido, Cristina Bruno, Bruno Brulon e Vinos Sofka.

No terceiro e último capítulo, examinamos em detalhe os CPR do Museu do Futebol, do Museu da Imigração e do Museu Índia Vanuíre, buscando observar aspectos como histórico de formação, missão, objetivos, atividades, produtos, parcerias institucionais, composição técnica, espaços físicos e atendimento ao público, dentre outros elementos estruturantes que diferenciam os contextos museológicos selecionados. A partir das informações levantadas, por meio de fontes documentais variadas (contratos de gestão, planos museológicos, planejamentos estratégicos, *sites* institucionais, relatórios, entrevistas, falas públicas etc.), busca-se identificar os

diferentes perfis institucionais dessas experiências a partir da realidade dos museus do estado de São Paulo.

Em termos metodológicos, a escolha pelo estudo dessas três instituições teve como critério a busca por uma variedade de perfis e contextos de operação dos Centros de Pesquisa e Referência, de modo que fosse possível reunir elementos para o desenvolvimento de uma análise comparativa. Por outro lado, considerou-se que tais instituições possuem em comum a atuação dentro de uma perspectiva museológica contemporânea e não normativa, que abarca maneiras inovadoras e ampliadas de se investigar, preservar e comunicar o patrimônio em diálogo com os territórios e suas comunidades. Também levamos em conta a disponibilidade de fontes de pesquisa, isto é, de documentos institucionais, falas públicas de representantes da instituição sobre o tema e outras informações acessíveis para consulta. Para o complemento de informações que eventualmente não puderam ser localizadas na pesquisa documental, foram contatados diretamente via *e-mail* os gestores responsáveis dos respectivos museus.

Uma vez que os Centros de Pesquisa e Referência dos museus da SEC são experiências relativamente recentes e ainda pouco investigadas, que assumem distintos formatos e finalidades, acreditamos ser oportuno sistematizá-las e analisá-las de forma comparativa, buscando as especificidades e os denominadores comuns. A partir destes exemplos, é possível vislumbrar as diversas possibilidades de arranjos institucionais e atuações para esses organismos dentro das instituições e para os processos museológicos em geral.

Sem a pretensão de esgotar o tema ou propor uma definição única, esperamos que o presente trabalho possa trazer contribuições para as reflexões acerca das estratégias e desafios colocados para os centros de referência, bem como para a consolidação e qualificação dessa experiência dentro dos museus.

CAPÍTULO 1 – CONFORMAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS MUSEAIS PAULISTAS

1.1 Bibliotecas, arquivos e centros de referência de museus: afinidades e especificidades

As bibliotecas, os arquivos e os museus são instituições irmãs⁶ que, embora possuam dinâmicas e metodologias próprias para a gestão de seus respectivos acervos, encontram entre si propósitos convergentes de atuarem como “centros de difusão do saber, como espaços culturais de formação ou ainda como núcleos de coleta, preservação e transmissão de nosso patrimônio cultural”⁷.

A gênese comum entre as três instituições de memória remonta ao período da Antiguidade, quando coleções de variadas tipologias eram preservadas conjuntamente de maneira indistinta nos *Mouseions*⁸. Exemplo paradigmático é a Biblioteca de Alexandria, criada no século III a.C. como parte do *Mouseion*, que, além da célebre coleção de cerca de 700 mil manuscritos, abrigava também obras de arte, animais e curiosidades para fins de pesquisa e ensino⁹.

A coexistência de coleções de naturezas diversas em um mesmo espaço foi tônica comum até o século XIX, quando iniciou-se o processo de institucionalização e especialização do trabalho de bibliotecas, museus e arquivos. O surgimento das áreas disciplinares da Museologia, da Arquivística, da Biblioteconomia contribuiu para o desenvolvimento de metodologias próprias e para a sistematização de procedimentos visando a qualificação das atividades específicas desenvolvidas por cada uma das organizações. Assim, embora tenham permanecido com objetivos gerais comuns (produção de conhecimento, educação, aprimoramento cultural etc.), arquivos, bibliotecas e museus acabaram por delimitar fronteiras e abordagens próprias em

⁶ Irmandade que Johanna W. Smit chamou de “3 Marias”. SMIT, 1993 *apud* CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 20.

⁷ CAMARGO; GOULART, *op. cit.*, p. 19.

⁸ Termo de origem grega utilizado para “designar os santuários consagrados às ‘musas’ e, também, as escolas filosóficas e de investigação científica presididas pelas musas, protetoras das Ciências e das Artes”. CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013, p. 27.

⁹ ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016, p. 163.

relação a aspectos como constituição de acervo, preservação das coleções, tratamento das informações, perfis de público e ações de difusão¹⁰.

A partir dessa institucionalização, “bibliotecas e arquivos obtiveram espaços delimitados dentro dos museus, sobretudo para dar apoio às atividades ali desenvolvidas; da mesma forma, grandes bibliotecas passaram a manter coleções arquivísticas e museológicas”¹¹. Atualmente, dentre as três organizações, o museu é a que costuma possuir, em maior ou menor grau, a depender de sua natureza e tamanho, acervos constituídos por conjuntos das três tipologias (museológica, arquivística e biblioteconômica). Segundo Isabel Maringelli, “os arquivos de museu, bem como a biblioteca, usualmente são setores cuja vocação é apoiar as atividades principais das instituições a que pertencem”¹². Os acervos arquivísticos e bibliográficos de museus atuam, portanto, de forma complementar ao acervo museológico, que se inscreve no coração da atividade destas instituições.

Por um longo período, as bibliotecas e arquivos de museu tinham como propósito fornecer documentação sobre os objetos/obras do acervo, consistindo em espaços de apoio aos seus profissionais e fechado à consulta do público em geral. Contemporaneamente, esses organismos foram abertos aos públicos e assumiram um papel fundamental nas áreas de pesquisa e educação dos museus, proporcionando suporte e ampliação de conteúdos sobre as coleções dos acervos, assim como seus desdobramentos em diversas áreas do conhecimento.

Pelo fato de os centros de referência serem uma experiência relativamente nova, cujo perfil de atuação espelha as características próprias de cada organização, cabe questionar de que forma esses espaços, quando atrelados a museus, se diferenciam dos arquivos e/ou bibliotecas já presentes nessas instituições. É comum, por exemplo, que os centros de referência sejam confundidos com os centros de

¹⁰ É preciso fazer a ressalva de que o fenômeno da virtualização (LÉVY, Pierre, 1996 *apud* CAMARGO; GOULART, 2015, *op. cit.*, p. 37), aliado à consolidação da Ciência da Informação, contribui para o rompimento das barreiras institucionais entre museus, bibliotecas e arquivos, fazendo com que possam trabalhar de forma cooperativa ao dar acesso a suas coleções por meio de bases de dados integradas que promovem a interoperabilidade das informações produzidas e o encontro de diferentes perfis de público. Observa-se, portanto, que as fronteiras entre as três instituições vêm sendo borradas com o crescente uso dos recursos digitais. (CAMARGO; GOULART, 2015, *op. cit.*, p. 21.)

¹¹ ALMEIDA, 2016, *op. cit.*, p. 164.

¹² MARINGELLI, Isabel C. Ayres da Silva. Arquivo d(e) museu: dinâmica documental na Pinacoteca de São Paulo. **Revista do Arquivo**, ano V, n. 10, jun. 2020, p. 51.

documentação – setores que tradicionalmente operam com o acervo arquivístico dos museus.

De acordo com Maringelli, os centros de documentação em museus podem trabalhar tanto com os documentos gerados e acumulados no exercício das atividades administrativas e museológicas internas (arquivo institucional) quanto com coleções e fundos documentais relacionados ao recorte patrimonial da instituição, com a finalidade de organizar e disponibilizar informações para consulta interna e externa¹³. Esses organismos costumam estar presentes de maneira mais frequente em museus de arte, abrigando, além da memória institucional, arquivos pessoais de artistas, curadores e críticos de arte¹⁴.

Já a noção de centro de referência em museus é mais recente e abrangente. Compreende o caráter interdisciplinar dos núcleos e setores que compõem as áreas finalísticas da instituição como instância articuladora de ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação de referências patrimoniais. Como veremos ao longo do presente trabalho, esse espaço institucional tem como objetivo dar suporte a ações integradas de documentação e a pesquisas temáticas sobre os diversos acervos preservados pela instituição (sejam eles museológicos, arquivísticos ou bibliográficos), além de mapear e referenciar acervos externos que dialoguem com o universo temático e a área de conhecimento do museu.

De modo geral, os centros de referência disponibilizam ao público bibliotecas, midiatecas e documentos relacionados à memória institucional, podendo também compor bancos de dados e repositórios digitais especializados nas temáticas e campos do conhecimento atrelados ao museu, a fim de ampliar as oportunidades de investigação, educação e formação. Para além da produção e disseminação de conhecimento, esses centros são também espaços de ativação institucional abertos ao público, voltados à formação de parcerias, à articulação de redes de pessoas, grupos e instituições e à oferta de serviços para a comunidade¹⁵.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Como é o caso, por exemplo, do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca de São Paulo (Cedoc).

¹⁵ MOTTA, R. V. da; KASEKER, D. P. A dimensão da pesquisa nos museus: centro de referência e o fortalecimento da rede temática de museus de arqueologia. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e**

Veremos a seguir de que forma o desenvolvimento desses setores nas instituições paulistas aconteceu em diálogo com o contexto de formação de políticas públicas em âmbito nacional direcionadas para o fortalecimento das atividades de pesquisa nos museus.

1.2 Estruturação das políticas museais brasileiras e fortalecimento da pesquisa em museus

Embora o campo teórico da Museologia reconheça que a pesquisa faz parte das funções primordiais dos museus, essa atividade, na prática, acaba muitas vezes se tornando um desafio no dia a dia de diversas instituições. Dentre os obstáculos que restringem as possibilidades de produção de conhecimento nos museus, podem ser citados a falta de recursos financeiros e materiais, os quadros funcionais limitados, a sobrecarga administrativa e, muitas vezes, a falta de visibilidade da atividade perante a gestão institucional e o poder público.

Pensando nas formas de ultrapassar essas barreiras e garantir o direito à pesquisa em museus, Vinos Sofka ressaltou a necessidade de reconhecimento, por parte das instâncias de poder, da importância dessa atividade para o cumprimento da função social dos museus:

Em cada país, os órgãos que decidem sobre a alocação e a priorização de recursos devem compreender que os museus de hoje não consistem apenas de prateleiras abrigando centenas de objetos inúteis e empoeirados. Eles devem entender que ao preservar, pesquisar e disseminar conhecimento sobre nosso meio ambiente natural e cultural, o museu pode ajudá-los a **solucionar os problemas sociais**¹⁶.

No Brasil, a consolidação das políticas nacionais para o setor museal (notadamente a partir da criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram pelo Ministério da Cultura, no ano de 2009) contribuiu para sistematizar e fortalecer o papel

indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016, p. 26.

¹⁶ SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, p. 79-84, jan./jun. 2009, p. 82. [grifo nosso]. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/49>. Acesso em: 18 out. 2021.

da pesquisa e da produção de conhecimento nos museus, e, também, para justificar a necessidade de investimentos com essa finalidade. Tais políticas museais foram concebidas contando com dinâmica participação de representantes da sociedade civil e em diálogo com discussões mais amplas relacionadas a temas como educação, acessibilidade e inclusão social¹⁷. Podemos identificar que a gênese desse processo se deu com o lançamento da Política Nacional dos Museus (PNM)¹⁸, em maio de 2003, por meio da qual foram estabelecidos sete Eixos Programáticos para nortear e estimular a realização de projetos e ações museológicas, sendo eles:

- 1) Gestão e configuração do campo museológico
- 2) Democratização e acesso aos bens culturais
- 3) Formação e capacitação de recursos humanos
- 4) Informatização de museus
- 5) Modernização de infraestruturas museológicas
- 6) Financiamento e fomento para museus
- 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos

Dentro do conjunto normativo que se desenvolveu a partir da PNM, Soares e Gruzman¹⁹ destacam o **Estatuto de Museus**, instituído em 2009 (Lei 11.904/09), que trouxe o imperativo da pesquisa em pelo menos dois de seus dispositivos. No artigo 1º da Lei, o conceito de “museu” é definido da seguinte maneira:

Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, *estudo, pesquisa*, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de

¹⁷ BRUNO, M. C. O. Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: qual é o papel dos museus e dos Centros de Memória? **Cadernos Tramas da Memória**, Fortaleza, v.1, p.115-126, maio 2011, p. 117-118.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

¹⁹ SOARES, Ozias Jesus; GRUZMAN, Carla. O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panorama, perspectivas. **Redoc**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, maio/ago. 2019.

qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento²⁰.

Em seu artigo 28, o Estatuto apresenta uma compreensão ampliada do papel da pesquisa, caracterizando que “o estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas *em todas as áreas dos museus*, no cumprimento das suas múltiplas competências”²¹.

Outro documento ressaltado pelos autores é o **Plano Nacional Setorial de Museus**, de 2010, que em diferentes passagens traz a pesquisa como elemento fundamental para o cumprimento da função dos museus:

“Promoção de equipes de pesquisa em museus ou de núcleos de pesquisa bem como o apoio e estímulo à formação continuada desses profissionais”; “Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações educativo-culturais e formação na área dos museus”; “Fortalecer os museus como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural, garantindo, ainda, a participação efetiva da sociedade nos processos museais”²².

A função da pesquisa também se materializou nas diretrizes do IBRAM para a elaboração de Planos Museológicos²³. O órgão orienta que, por meio do Programa de Pesquisa, sejam planejadas ações com o objetivo de ampliar, aprofundar e disseminar o conhecimento acerca dos acervos, idealizar conceitos e temáticas e definir um leque de abordagens e linhas de pesquisa alinhadas com a missão e visão do museu, ramificando seu conceito gerador em eixos temáticos que ampliem seu repertório.

É possível afirmar que, ao estabelecer parâmetros e garantias legais para a atuação dos museus brasileiros, a criação desse conjunto de políticas estruturantes representou à época um avanço considerável para a produção e extroversão de conhecimento, o que teve reflexo nas instâncias públicas municipais e estaduais.

²⁰ Estatuto de Museus *apud* SOARES; GRUZMAN, 2019, *op. cit.*, p. 127. Grifo dos autores.

²¹ *Idem*.

²² Plano Nacional Setorial de Museus *apud* SOARES; GRUZMAN, 2019, *op. cit.*, p. 127-128.

²³ BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos**. Brasília: MinC/IBRAM, 2016.

1.2.1 Renovação da gestão pública paulista na área da cultura

No estado de São Paulo, o cenário museológico do início deste século foi marcado pela renovação da gestão pública na área da cultura e pelo crescimento expressivo dos investimentos em novos museus, com a criação do Museu Afro Brasil, Museu da Língua Portuguesa, Museu do Futebol, Museu Catavento, Memorial da Resistência, dentre outros; além da requalificação de museus já existentes, como o Memorial do Imigrante (atual em Museu da Imigração), com destaque para a qualificação dos processos de museus do interior, entre os quais pode-se mencionar o conjunto de Museus Históricos e Pedagógicos.

Tal movimento foi viabilizado por meio da implementação de um novo modelo de gestão para o setor museal dentro da estrutura da então Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo), que atualizou as diretrizes para o trabalho com a preservação e difusão do patrimônio sob tutela dos museus públicos paulistas.

Anteriormente responsável por gerir de forma direta os museus estaduais, a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (SEC) iniciou, a partir de 2005, a transição gradual para o modelo de gestão baseado na parceria entre o poder público e a sociedade civil, representada por meio das Organizações Sociais de Cultura (OS). No âmbito desse amplo processo de reestruturação, foi criada, em 2006, a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), instância responsável pela elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas ao patrimônio museológico paulista. Especialmente a partir de 2008, a UPPM passou a efetivar as novas diretrizes e políticas públicas para a área museológica, reestruturando as instituições sob sua gestão.

Atualmente, todos os equipamentos museológicos vinculados à SEC já operam por meio do modelo de gestão indireta. As atividades técnicas e administrativas a serem cumpridas pelas Organizações Sociais, com metas e obrigações estabelecidas por meio de Contrato de Gestão, têm como premissa o alinhamento às diretrizes

estabelecidas pela Política Estadual de Museus²⁴ e constante acompanhamento e avaliação dos indicadores de gestão por parte da UPPM e da Unidade de Monitoramento, implementada mais recentemente, no ano de 2013.

1.3. Estruturação dos Centros de Pesquisa e Referência (CPR) pela UPPM/SEC

A experiência dos Centros de Pesquisa e Referência (CPR) se iniciou de forma processual nos museus da SEC, não sendo possível estabelecer precisamente um marco inaugural. Em artigo publicado em 2016²⁵, Renata Motta, então Coordenadora da UPPM, e Davidson Kaseker, então Diretor do Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus (GTC SISEM-SP), relataram que três museus da SEC possuíam, até aquele ano, centros de referência constituídos e ativos, sendo eles o Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB) do Museu do Futebol, o Centro de Referência de Educação em Museus do Museu da Língua Portuguesa e o Centro de Referência Kaingang do Museu Índia Vanuíre.

É interessante notar que Motta e Kaseker não mencionam no texto duas iniciativas anteriores implementadas no ano de 2009: o Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu do Café e o Centro de Referência do Memorial da Resistência de São Paulo. Tal ausência se atribui possivelmente à interpretação de que essas experiências possuíam, naquele momento, caráter circunscrito ou pouco consolidado, sem estarem ainda alinhadas ou reverberadas nas discussões internas da UPPM. Como vimos anteriormente, no caso do MRSP, esse setor não chegou de fato a se desenvolver enquanto linha de ação museológica, sendo desativado em 2017 e reaberto apenas em 2022 com nova configuração.

Retrospectivamente, também chama a atenção a menção a uma iniciativa vinculada ao Núcleo Educativo do Museu da Língua Portuguesa (o Centro de Referência de Educação em Museus), que tinha como objetivo atuar como “suporte permanente, capaz de mapear projetos e iniciativas e auxiliar na formação continuada

²⁴ Na prática, as linhas de ação são estruturadas em plano de trabalho e programas parametrizados para fins de monitoramento e avaliação.

²⁵ MOTTA; KASEKER, 2016, *op. cit.*, p. 25.

e na profissionalização de quem atua como mediador cultural, formando um banco de dados para consulta pública”²⁶.

É possível aferir que, originalmente, a concepção dos CPR esteve ligada a duas estratégias da gestão da UPPM/SEC e do GTC SISEM-SP com vistas a fortalecer a dimensão da pesquisa nos museus estaduais: por um lado, a articulação regional e a mobilização das Redes Temáticas, que buscavam ampliar as parcerias entre museus por meio de ações conjuntas e acordos de cooperação entre as instituições, promovendo o intercâmbio de informações e o compartilhamento de esforços para as mais diversas finalidades; por outro, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que visavam a integração de informações dos museus (como repositórios digitais e sistemas de gerenciamento de acervos), fomentando assim projetos integrados de pesquisa e gestão²⁷.

De acordo com Tayna Rios²⁸, técnica da UPPM e coordenadora do Comitê de Política de Acervos, a iniciativa de se estabelecer a implantação dos Centros de Pesquisa e Referência como diretriz para todos os museus da SEC foi definida de forma gradual, tendo acompanhado o tempo de maturação das políticas públicas delineadas para o novo modelo de gestão e o diálogo com os entes públicos e políticas desenvolvidas a nível nacional. Como parte desse processo, Rios destaca como fundamental o diálogo e o trabalho integrado com os técnicos das equipes das instituições museológicas da SEC, que ocorre sobretudo por meio dos Comitês Técnicos²⁹ (informação verbal).

A criação dos CPR foi integrada como parte da terceira diretriz da UPPM para a rede de museus da SEC-SP, que tem por objetivo “descentralizar, democratizar e diversificar o acesso ao patrimônio museológico, com o objetivo de garantir a

²⁶ MOTTA; KASEKER, 2016, *op. cit.*, p. 25.

²⁷ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Subsídios para a Política Estadual de Museus**. UPPM/SEC, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 set. 2022.

²⁸ Informação recebida por Tayna Rios no Webinar PESQUISA EM MUSEUS – Conhecimentos, Territórios e Públicos. Módulo 1 – “Pesquisa em Museus e Centros de Referência”. São Paulo: Museu do Futebol, ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXewDsxG_RQ. Acesso em: 17 ago. 2022.

²⁹ Grupos de trabalho compostos por técnicos da UPPM, especialistas da área e profissionais dos equipamentos museológicos focados em acompanhar a execução dos Planos de Trabalho e metas fixados nos Contratos de Gestão, divididos por áreas como acervo, ação educativa, infraestrutura etc.

acessibilidade plena aos diferentes públicos do equipamento cultural”³⁰. No âmbito das ações estratégicas a serem desenvolvidas em parceria com as OSs de Cultura para alcançar este propósito, ficou estabelecido:

c) **Desenvolver Centros de Pesquisa e Referência (CPR)** nos museus para fomentar pesquisas sobre os acervos a partir das **linhas temáticas** definidas em consonância com a missão e o plano museológico da instituição. Além disso, problematizar e dialogar com as comunidades e instituições parceiras por meio destes CPR sobre **temas tangenciais ao museu e típicos das atuais transformações da sociedade**, tais como questões de gênero e etnia, imigrações de refugiados, direitos humanos, entre outras; [...].³¹

Considerando os sete programas museológicos materializados nos planos de trabalho para todos os museus da SEC³², os CPR foram alocados dentro do Programa de Gestão de Acervos, que engloba as metas diretamente relacionadas à documentação e às pesquisas temáticas referenciadas aos acervos museológicos. Dentre os objetivos formulados para o Programa consta: “Articular ações, para constituir e/ou fortalecer o Centro de Pesquisa e Referência do museu, ampliando as possibilidades de produção e difusão de conhecimento ao público sobre as temáticas do acervo”³³.

Em termos práticos, o fomento da Secretaria às ações voltadas aos Centros de Pesquisa e Referência ocorre por meio das metas técnicas anuais pactuadas nos planos de trabalho que balizam o planejamento e a gestão dos equipamentos museológicos – metas essas que podem ser viabilizadas tanto por meio de

³⁰ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Diretrizes da UPPM para a Rede de Museus da SEC SP. *In: Documentos Norteadores para a convocação pública das OSs de Cultura*. Disponível em: http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Termo-deRefer%C3%Aancia_MAS-MIS-PA%C3%87O.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

³¹ *Idem*. Grifo nosso.

³² Programa de Gestão Museológica, Programa de Gestão de Acervos, Programa de Exposições e Programação Cultural, Programa Educativo, Programa de Integração ao SISEM-SP, Programa de Comunicação e Desenvolvimento Institucional e Programa de Edificações.

³³ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica Orçamentária. *In: Documentos Norteadores para a convocação pública das OSs de Cultura*. Disponível em: http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Termo-deRefer%C3%Aancia_MAS-MIS-PA%C3%87O.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

financiamento direto do Contrato de Gestão quanto por meio de editais públicos e parcerias.

1.3.1 Cenário atual: um panorama da implantação dos CPR

De acordo com nosso levantamento, 11 dos 21 equipamentos museológicos vinculados à UPPM/SEC (isto é, praticamente a metade deles) possuem atualmente Centros de Pesquisa e Referência implementados e ativos, com espaços físicos e/ou virtuais estruturados, sendo eles: Museu do Futebol, Museu da Língua Portuguesa, Museu Índia Vanuïre, Museu Casa de Portinari, Casa das Rosas, Casa Guilherme de Almeida, Casa Mário de Andrade, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, Museu do Café, Museu Catavento e Memorial da Resistência.

Os outros dez museus que compõem a rede estão em fase de desenvolvimento dos CPR, por meio de metas pactuadas nos respectivos contratos de gestão vigentes, a saber: Museu da Imagem e do Som, Paço das Artes, Museu da Casa Brasileira, Pinacoteca de São Paulo, Museu Felícia Leirner, Museu da Diversidade Sexual, Museu Afro Brasil, Museu de Arte Sacra, e os recém-criados Museu das Favelas e Museu das Culturas Indígenas.

Quadro 1 – *Status* de implantação dos CPR nos museus da UPPM/SEC em 2022.

Museu	OS gestora	CPR	Status	Inauguração
Museu do Futebol	ID Brasil	Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB)	Implementado	2013
Museu da Língua Portuguesa	ID Brasil	Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa (CR MLP)	Implementado	2021
Pinacoteca de São Paulo	APAC	Centro de Pesquisa e Referência das Artes Visuais	Em desenvolvimento	-
Memorial da	APAC	Centro de	Implementado	2009-2017;

Resistência de São Paulo		Referência		2022
Museu Casa de Portinari	ACAM Portinari	Centro de Pesquisa e Referência	Implementado	2020
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre	ACAM Portinari	Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista	Implementado	2012
Museu Felícia Leirner / Auditório Claudio Santoro	ACAM Portinari	-	Em desenvolvimento	-
Museu das Culturas Indígenas	ACAM Portinari	-	Em desenvolvimento	-
Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura	Poiesis	Centro de Referência Haroldo de Campos – Casa das Rosas	Implementado	2013
Museu Casa Guilherme de Almeida	Poiesis	Centro de Estudos de Tradução Literária da Casa Guilherme de Almeida	Implementado	-
Casa Mário de Andrade	Poiesis	Centro de Pesquisa e Referência Mário de Andrade	Implementado	2018
Museu do Café	INCI	Centro de Preservação, Pesquisa e Referência Luiz Marcos Suplicy Hafers	Implementado	2009
Museu da Imigração	INCI	Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR)	Implementado	2016

Paço das Artes	ACCIM	-	Em desenvolvimento	-
Museu da Imagem e do Som	ACCIM	Centro de Pesquisa e Referência em Audiovisual (CPRA)	Em desenvolvimento	-
Catavento Cultural	Catavento Cultural e Educacional	Centro de Referência do Museu Catavento (CRMC)	Implementado	2020
Museu da Diversidade Sexual	Instituto Odeon	-	Em desenvolvimento	-
Museu Afro Brasil	Associação Museu Afro Brasil	-	Em desenvolvimento	-
Museu da Casa Brasileira	Fundação Padre Anchieta	-	Em desenvolvimento	-
Museu de Arte Sacra	SAMAS	-	Em desenvolvimento	-
IDG	Museu das Favelas	-	Em desenvolvimento	-

Fonte: elaboração da autora

CAPÍTULO 2 – O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO PELO ENQUADRAMENTO DA MUSEOLOGIA

2.1 A cadeia operatória museológica

Para cumprir com o nosso objetivo de analisar as especificidades e formas de atuação dos centros de referência nas instituições museológicas, consideramos importante explorar neste capítulo algumas ideias inerentes à face aplicada da Museologia³⁴.

Partimos da premissa de que, nos museus, a preservação do patrimônio e sua transformação em herança cultural implicam em processos de *musealização*, isto é, de produção de saberes e valores a partir dos indicadores de memória. A operacionalização desses processos, por sua vez, é possível graças à aplicação de procedimentos técnicos e científicos que compõem a *cadeia operatória museológica*.

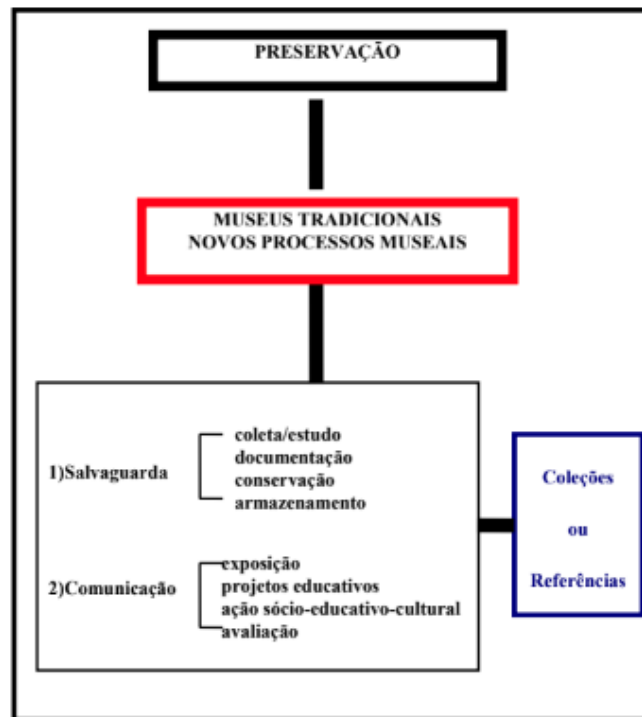
Em linhas gerais, os procedimentos envolvidos nessa cadeia compreendem etapas de salvaguarda (documentação e conservação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural). O pilar da salvaguarda se constitui fundamentalmente do estudo e da gestão das coleções, ao passo que a comunicação compreende a disponibilização e difusão do acervo junto ao público.

No esquema proposto por Cristina Bruno, podemos observar o desdobramento das etapas que compõem o processo de musealização, sendo elas: (1) coleta; (2) estudo; (3) documentação; (4) conservação; (5) armazenamento; (6) exposição; (7) projetos educativos; (8) ação sócio-educativo-cultural; (9) avaliação.³⁵

³⁴ A dimensão aplicada da disciplina advém do fato de que, além de identificar, compreender e interpretar os fenômenos, a Museologia tem como premissa atuar e intervir diretamente sobre a realidade investigada.

³⁵ BRUNO, M. C. O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, n. 9, p. 9-33, 1996, p. 17.

Figura 1 – Processo de musealização do patrimônio



Fonte: BRUNO, 1996, p. 17.

Como afirma Manuelina M. Duarte Cândido, a cadeia operatória não deve ser compreendida enquanto uma linha de produção, uma vez que seus elementos possuem relação circular e retroalimentada. Assim, ao contrário do que se imagina normalmente, o processo de musealização não é necessariamente desencadeado pelas ações de salvaguarda, havendo diversas experiências de processos deflagrados a partir de ações educativo-culturais ou exposições³⁶.

Duarte Cândido também corrobora a ideia de que a cadeia museológica deve buscar favorecer uma visão simétrica, equilibrada e integrada sobre as funções desempenhadas em ambas as pontas do processo de musealização, sem que seja atribuída maior importância ou responsabilidade à salvaguarda ou à comunicação patrimonial³⁷. Por fim, espera-se que as engrenagens mobilizadas nessa cadeia

³⁶ CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013, p. 204.

³⁷ “[...] enfatizamos a necessidade de equilibrar iniciativas de salvaguarda e de comunicação, sem o que uma instituição pode se caracterizar muito mais como um depósito de objetos ou como uma galeria de exposições do que um museu”. CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 204.

operacional sejam sempre amparadas pelas perspectivas traçadas pelas ações de planejamento, avaliação e monitoramento, próprias da gestão museológica.

2.1.1 Os procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais

Propomos a seguir um breve panorama sobre as principais atividades realizadas no âmbito da salvaguarda e da comunicação patrimoniais, abarcando tanto as atribuições convencionais quanto os entendimentos mais inovadores e atuais sobre as funções desempenhadas em cada ponta da cadeia operatória.

Começamos pela dimensão da **salvaguarda museológica**, com ênfase nas atividades de **documentação**, que, de acordo com o CIDOC-ICOM³⁸, envolvem “o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração”³⁹. Como parte integrante do pilar da salvaguarda, a área de documentação abarca uma série de atividades ligadas à pesquisa e gestão de informação sobre o patrimônio musealizado (material ou imaterial), tais como registro, inventário, catalogação, registro de imagem, marcação, desenvolvimento e gerenciamento de banco de dados informatizado etc. Atualmente, as ações de documentação vêm extrapolando os limites do acervo museológico, de modo a colaborar para o gerenciamento da informação institucional como um todo e para a organização permanente de uma memória do processo de musealização⁴⁰.

Também localizada na esfera da salvaguarda, a **conservação** é entendida tradicionalmente como uma atividade de proteção dos aspectos físicos dos bens, envolvendo “desde a conservação preventiva às intervenções propriamente ditas, passando pela higienização, controle e gerenciamento das condições ambientais, cuidados com transporte e manuseio, gerenciamento de reservas técnicas [...], entre

³⁸ Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Instância que fornece à comunidade museológica recomendações sobre boas práticas e padrões internacionais para a documentação museológica.

³⁹ CIDOC-ICOM. **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014, p. 19.

⁴⁰ CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 204.

outros”⁴¹. Contudo, os processos de musealização mais contemporâneos podem abarcar referências patrimoniais que vão além das tradicionais coleções de objetos abrigadas pelos acervos museológicos, tais como elementos naturais e até mesmo intangíveis (práticas, saberes, representações etc.). Nesses casos, a conservação atua sobretudo em relação aos suportes dos registros, ou ainda de maneira mais ampliada e integrada às demais ações da cadeia operatória museológica⁴².

Convencionalmente considerada o principal meio de **comunicação museológica**, a **exposição** pode ser definida como a organização de bens culturais musealizados em um ambiente (institucional, extramuros, virtual etc.), visando a extroversão do conhecimento produzido pelo museu a partir da pesquisa sobre seu repertório patrimonial⁴³. O planejamento e a realização de exposições mobilizam diferentes engrenagens da cadeia operatória e pressupõem uma ação interdisciplinar que pode envolver, por exemplo, curadoria, expografia, educação, segurança, acessibilidade, comunicação, avaliação etc.

Por fim, ainda no campo da comunicação museológica, a **educação museal**, tal qual definida por Mairesse e Desvallées, compreende “um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante”⁴⁴. Cada vez mais essa área tem expandido sua atuação para além dos tradicionais atendimentos ao público agendado e espontâneo das exposições, elaborando programas e projetos, materiais didáticos, formações, curadorias e outras atividades voltadas para os mais variados públicos, incluindo a própria equipe do museu. Embora seja convencionalmente ligada ao pilar da comunicação, alguns autores e profissionais da área vêm reivindicando a autonomia da educação em relação aos demais procedimentos da cadeia museológica.

⁴¹ CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 204-205.

⁴² De acordo com Duarte Cândido, “Nestas situações, legislação, mapeamento, incentivo à produção, manutenção e difusão dos saberes e fazeres são tão integrantes da conservação como de outras partes da cadeia operatória da preservação/musealização, que precisam trabalhar muito mais integradas, e assumem o primeiro plano em relação aos aspectos materiais da conservação”. CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 204, nota 137.

⁴³ A comunicação museológica pode envolver ainda o desenvolvimento de publicações e da programação cultural da instituição, tais como seminários, apresentações artísticas, formações, mostras, entre outras atividades.

⁴⁴ DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (org.). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 38.

A partir destas definições, é possível observar que o entendimento tradicional sobre os procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais é permeado por visões mais contemporâneas e fluidas sobre o processo de musealização, o que resulta na ampliação de conceitos e categorias e na proposição de formas mais inovadoras de atuação e interação entre as diferentes atividades desenvolvidas pelos museus. Assim, desde a sua formulação mais clássica, a ideia de cadeia operatória museológica vem sendo constantemente atualizada, acompanhando o avanço dos debates do campo museal.

2.1.2. Novos modelos de musealização: pesquisa e salvaguarda de referências culturais

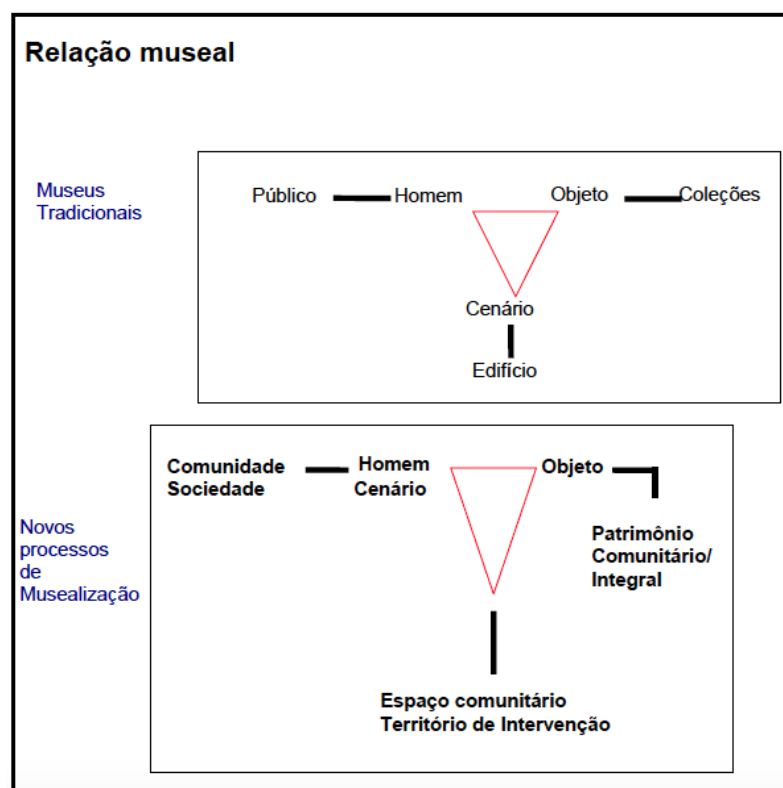
Segundo Cristina Bruno, a Museologia tem como especificidade o estudo do Fato Museal, conceituado por Waldisa Rússio Guarnieri como “a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu”⁴⁵.

Essa clássica tríade Homem-Objeto-Cenário, constitutiva do processo de musealização, sofreu um significativo alargamento conceitual à luz do movimento da Nova Museologia⁴⁶. Em linhas gerais, o Homem, antes compreendido enquanto “público visitante”, passou a ser reconhecido como a comunidade/sociedade em geral; o Objeto, inicialmente delimitado às coleções museológicas, expandiu-se com a noção de referência patrimonial integrada; e, por fim, o Cenário, anteriormente ligado ao espaço institucionalizado e interno do museu, passou a abranger todo e qualquer território de intervenção museológica, abarcando, assim, múltiplos contextos.

⁴⁵ GUARNIERI, 1990 *apud* BRUNO, 1996, *op. cit.*, p. 21.

⁴⁶ Movimento definido durante a realização do “Ateliê Internacional Ecomuseus/Nova Museologia”, em Quebec-Canadá, em outubro de 1984. Seu desdobramento acadêmico passou a ser reconhecido como Sociomuseologia.

Figura 2 – Museus tradicionais e novos processos de musealização.



Fonte: BRUNO, 1996, *op. cit.*, p. 25.

Dentro desses novos modelos, que atualmente convivem com os museus tradicionais (ou normativos), a musealização do patrimônio é interpretada como um **processo** que não começa, tampouco se limita, aos museus. Assim, a ênfase quase exclusiva em ações museológicas voltadas para as coleções desloca-se, abrindo espaço para discussões a respeito da função social do museu e de maneiras ampliadas de se investigar, preservar e comunicar o patrimônio em diálogo com os territórios e suas comunidades.

Nesse cenário, a pesquisa e a salvaguarda de **referências culturais**⁴⁷ têm sido novos campos de experimentação para diversas instituições e processos museais. Tal movimento se relaciona à *expertise* construída a partir do fortalecimento de uma

⁴⁷ Para Maria Cecília Londres Fonseca, a noção de referência cultural desloca o foco dos bens para uma dinâmica de atribuição de sentidos e valores pelos sujeitos, relativizando o seu valor intrínseco e ampliando a concepção simbólica da materialidade. FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília, 2001, p. 112. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775?locale=pt_BR. Acesso em: 18 out. 2021.

vertente de compreensão sobre o patrimônio que abarca a dimensão simbólica relacionada às práticas e saberes, isto é, a noção de patrimônio cultural imaterial ou intangível⁴⁸.

Ao mapear e inventariar os bens culturais, tornando-os objetos de suas pesquisas, os museus são capazes de salvaguardar esse patrimônio sem a necessidade de lançar mão dos tradicionais instrumentos legais e preservacionistas que envolvem o ato de tombamento ou de posse material, ampliando o conceito de acervo enquanto processo ativo, contínuo e coletivo⁴⁹. Assim, na medida em que as coleções materiais deixam de ser as únicas fontes geradoras de conhecimento, o referenciamento de bens culturais tangíveis e intangíveis permite integrar “outros aspectos de nossa herança – cultural e natural – a partir de um movimento que é interdisciplinar”⁵⁰.

A estratégia de referenciamento tem como pressuposto a produção de pesquisas que mobilizam metodologias próprias do campo das Ciências Humanas e Sociais e ferramentas colaborativas que valorizam a diversidade cultural e o protagonismo da comunidade na identificação e patrimonialização dos bens culturais de interesse. Dentre essas estratégias estão, por exemplo, os inventários participativos, as pesquisas etnográficas, a história oral e as curadorias compartilhadas.

Cabe ressaltar que nesses modelos de musealização mais inovadores que rompem com o conceito de colecionismo, os procedimentos tradicionais de comunicação e salvaguarda envolvidos na cadeia museológica muitas vezes não se aplicam, sendo necessário recorrer a outras estratégias. Ao operar com o patrimônio intangível, por exemplo, as etapas de proteção do bem (conservação) e gerenciamento

⁴⁸ De acordo com a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural (artigo 2º., 1º. Parágrafo), da UNESCO, tal patrimônio pode ser definido como: as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. UNESCO. **Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural**. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

⁴⁹ REZEK, Marcela C. O referenciamento como estratégia de preservação no museu do café – Mapeamento do patrimônio cultural do café. **Blog do Museu do Café**, Santos, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://museudocafesantos.medium.com/o-referenciamento-como-estrat%C3%A9gia-de-preserva%C3%A7%C3%A3o-no-museu-do-caf%C3%A9-mapeamento-do-patrim%C3%B4nio-df6eb2df70d1>. Acesso em: 7 set. 2022.

⁵⁰ CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 16.

de informação (documentação) dificilmente se distinguem, sendo o conceito de salvaguarda mais adequado para definir o processo. Além disso, por lidar muitas vezes com o tratamento de documentos digitais, a salvaguarda do patrimônio imaterial exige a mobilização de conhecimentos próprios do campo da Ciência da Informação. Da mesma forma, os novos suportes de informação desafiam a área de comunicação a trabalhar com novos conceitos de exposições e de práticas educativas.

2.2. Lugares e funções da pesquisa nos museus

A pesquisa figura entre as três funções clássicas evocadas para definir o funcionamento dos museus (preservação, pesquisa e comunicação)⁵¹. Até o ano de 2007, o International Council of Museums (ICOM) qualificava a pesquisa como o princípio motor do funcionamento dos museus⁵², considerando as práticas sistemáticas de investigação sobre os acervos como a base geradora para as ações de preservação e comunicação do patrimônio.

Essa definição se aproximava de um entendimento tradicional sobre os museus, que se constituíram historicamente enquanto organismos congêneres ao que hoje conhecemos como universidades e centros de pesquisa científica. Como vimos anteriormente, a experiência helenística do *Mouseion* de Alexandria já continha em seu bojo a finalidade da pesquisa e do ensino. No período moderno, com o avanço do Iluminismo, iniciou-se a transição de uma prática colecionista voltada para a fruição e deleite (Câmara das Maravilhas e Gabinetes de Curiosidades) para uma finalidade de sistematização, classificação e comparação (Enciclopédia).

Dessa forma, os primeiros museus públicos surgiram na Europa intimamente vinculados à produção e difusão de conhecimento científico, como foi o caso do Ashmolean Museum, de Oxford, inaugurado em 1683, que congregava as funções de museu, escola de História Natural e laboratório de química⁵³. No século XIX, os museus se consolidaram como instituições de pesquisa por excelência, sendo os

⁵¹ Conforme o modelo PPC (Preservação – Pesquisa – Comunicação), proposto pela Reinwardt Academie. VAN MENSCH, 1992 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, *op. cit.*

⁵² *Ibidem*, p. 77.

⁵³ SCHAEER, 1993, p. 32 *apud* CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 32.

museus de História Natural o paradigma que representava “o casamento mais íntimo entre museu e conhecimento”⁵⁴.

Essa herança europeia iluminista se refletiu em solo brasileiro com a criação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818, que se estabeleceu como a primeira instituição de pesquisa científica do país. Do mesmo modo, o Museu Paraense de História Natural e Etnologia nasceu, em 1871, com a finalidade de se constituir enquanto “o primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior no Pará”⁵⁵.

Amparando a missão científica atribuída a essas instituições, estava a compreensão do objeto musealizado como um “portador de informação” (museália/objeto-documento) – paradigma que persiste nos museus até os dias de hoje⁵⁶. Nesse sentido, o desenvolvimento do trabalho de pesquisa se circunscrevia ao âmbito dos acervos, num esforço de recuperar suas origens e usos, classificá-los e descrevê-los para, então, disponibilizar informações e curiosidades ao público. Como chama a atenção Bruno Brulon, o caráter positivista e colonial dessas instituições legitimava a manutenção de uma hierarquia social na qual os cientistas estavam apartados de um público supostamente desprovido de conhecimento:

Destinados a cumprir, nas colônias, uma missão civilizacional, os museus se fizeram instituições políticas portadoras de um ensinamento para populações que não possuíam instrução. Desde o século XIX uma lógica positiva iria engendrar hierarquias sensíveis entre os museus e seus públicos no Brasil. As ciências humanas e sociais, no país, iriam ser criadas partindo do mesmo princípio para se produzir um conhecimento separado do saber popular e ao mesmo tempo pensado como positivo e ilustrado⁵⁷.

Contudo, ao longo do século XX, e mais especificamente a partir de eventos como a Mesa Redonda de Santiago do Chile⁵⁸, o público passou a conquistar

⁵⁴ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. **Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas**: Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 29.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ MAIRESSE, 2011 *apud* BRULON, Bruno. Pesquisa em Museus e pesquisa em Museologia: desafios políticos do presente. In: MAGALDI, M. B.; BRITTO, C. C. (org.). **Museu e museologia**: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018, p. 25.

⁵⁷ BRULON, 2018, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁸ Evento organizado pela Unesco e pelo ICOM em 1972, que debateu a função social dos museus e sua responsabilidade para com suas comunidades.

protagonismo como “verdadeiros atores do museu e criadores de seus próprios discursos sobre o patrimônio musealizado”⁵⁹. Paralelamente, dois movimentos modificaram o caráter e o lugar da pesquisa dentro das instituições museológicas ao longo deste século: por um lado, a produção de um conhecimento científico formal transferiu-se definitivamente do mundo dos museus para as universidades e laboratórios⁶⁰; por outro, a ênfase na produção de conhecimento ligada diretamente às coleções museológicas passou a dividir espaço com a chamada pesquisa aplicada, voltada para o desenvolvimento de instrumentos multidisciplinares mobilizados nas diferentes atividades da cadeia operatória museológica.

À luz da cristalização desse novo caráter da atuação da pesquisa nas instituições museológicas, o ICOM atualizou em 2007 a definição do funcionamento geral dos museus substituindo o termo “pesquisa” por “investigação” do patrimônio:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, **investiga**, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite⁶¹.

Embora a pesquisa tenha perdido espaço na definição formal do ICOM e assumido posição secundária no dia a dia de muitas instituições, os profissionais e estudiosos da área não deixaram de reivindicar essa atividade como um elemento essencial e constitutivo do campo museal. Em um conhecido texto-manifesto sobre o papel da pesquisa em museus, Vinos Sofka reconheceu a existência de um desequilíbrio entre as três principais funções dos museus (preservar, pesquisar e comunicar), e apontou para a necessidade de que tais atividades sejam vistas com o mesmo valor e importância, uma vez que cada uma delas é condição para que as demais sejam desenvolvidas⁶². Nesse sentido, o autor salienta que “sem pesquisa [...]

⁵⁹ BRULON, 2018, *op. cit.*, p. 24.

⁶⁰ DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, *op. cit.*, p. 77.

⁶¹ ICOM, 2007. [grifo nosso].

⁶² SOFKA, 2009, *op. cit.*, p. 80.

na melhor das hipóteses, o museu seria uma coleção de objetos – talvez registrados, conservados e restaurados – mas não mais do que isso”⁶³.

A definição de museu adotada desde 2007 pelo ICOM passou por um processo de revisão a partir do ano de 2019, que envolveu uma ampla escuta internacional promovida pelos comitês regionais e temáticos com o objetivo de criar uma nova definição, sintonizada com os desafios dos museus no mundo atual. Na Conferência Geral do ICOM, realizada em agosto de 2022 na cidade de Praga, foi finalmente aprovado o seguinte texto:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que **pesquisa**, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e **partilha de conhecimento**⁶⁴.

Nota-se que a nova proposta aprovada pelo ICOM trouxe novamente à luz o termo “pesquisa”, restabelecendo o *status* dessa atividade primordial para o funcionamento das instituições museológicas e atualizando seu significado na chave da “partilha de conhecimento” e da participação das comunidades. Importante também sublinhar que o texto incorporou conceitos relevantes para o debate museológico contemporâneo, como os de sustentabilidade, inclusão e diversidade.

2.2.1. A pesquisa na cadeia museológica

A atuação da pesquisa na cadeia operatória da museologia interessa particularmente para a discussão sobre os centros de referência, que possuem como um de seus principais objetivos promover e qualificar a produção de conhecimento dentro dos museus.

⁶³ SOFKA, 2009, *op. cit.*, p. 81.

⁶⁴ ICOM, 2022. [grifo nosso].

Considerando que existem nos museus diferentes práticas de pesquisa e entendimentos acerca dessa função, tomemos por base a definição que atribui a essa atividade a característica fundamental de produção de conhecimento original:

[...] falar em pesquisa numa perspectiva científica, implica a ideia de produção de conhecimento com base em determinados procedimentos metodológicos, determinados critérios científicos e com alguma originalidade para o campo no qual a pesquisa está sendo realizada⁶⁵.

Embora lance mão de metodologias e fontes científicas, a pesquisa em museus não pode ser confundida com uma produção estritamente acadêmica, uma vez que tem como premissa retroalimentar a cadeia operatória museológica, subsidiando os procedimentos de comunicação e salvaguarda nela envolvidos. Em uma primeira camada comparativa, a produção de conhecimento em museus distingue-se daquela realizada nas universidades e centros de pesquisa pelo fato de estar inserida no âmbito da chamada Pesquisa Pública, cuja particularidade “reside na forma de devolução ao público e de acesso do mesmo ao conhecimento produzido”⁶⁶. Como aponta Meneses,

Seu caráter público e o gênero de acesso a que ele não pode furtar-se determinam, quanto ao que está em causa, que a distância entre produção e consumo social de conhecimento é mínima e direta, ao inverso do que acontece na universidade, onde esta integração solidária de objetivos não é exigência funcional. [...] No museu, a socialização do conhecimento produzido e do acesso às fontes desse conhecimento são muito mais fáceis de obter e muito mais passíveis de cobrança⁶⁷.

Além do caráter eminentemente público, a produção de conhecimento nos museus também tem como atributo o fato de estar prioritariamente relacionada à investigação dos acervos, sendo a exposição o principal meio de difusão deste saber e de contato com o público. Contudo, essa atividade não se restringe necessariamente

⁶⁵ CHAGAS, M. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. (org.). **Museu Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005, p. 56.

⁶⁶ HOWE e KEMP *apud* MENESES, 1995 *apud* POSSAMAI, Zita Rosane. A pesquisa no museu. **Ciências e letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002, p. 77.

⁶⁷ MENESES, 1995, p. 120 *apud* POSSAMAI, 2002, *op. cit.* p. 78.

às delimitações do acervo constituído, podendo (e devendo) alimentar a instituição museológica de novos argumentos e vetores de coleta/aquisição. De outra parte, a pesquisa em museus pode ser orientada para a própria prática cotidiana, podendo englobar questões relacionadas ao edifício, à história institucional, aos procedimentos e normas de conservação dos acervos, às pesquisas de público, à avaliação de exposições, dentre outros estudos.

Duarte Cândido propõe que as pesquisas museais sejam sempre adjetivadas, de modo a diferenciar a **pesquisa aplicada** (teórico-metodológica) da **pesquisa básica** (relativa às coleções e campos conexos ao recorte patrimonial). Ao passo que a primeira tem como disciplina referencial a Museologia, a segunda é amparada por conhecimentos provenientes de diversas outras áreas:

[...] mesmo implícita, a pesquisa museológica ou pesquisa aplicada está sempre presente na cadeia operatória museológica [...], pois a salvaguarda e a comunicação são processos técnico-científicos, não somente técnicas ou fazeres reproduzíveis. Já o acervo ou as referências patrimoniais de que trata o museu ou processo de musealização, são interpretados pela pesquisa básica das áreas de sua afinidade, podendo ser pesquisa básica em Artes, em História, em Antropologia, em Zoologia, em Mineralogia, ou em várias destas [...]⁶⁸.

Segundo a autora, a pesquisa aplicada deve se configurar enquanto um elemento intrínseco a todas as áreas da cadeia operatória, sem ser enfatizada de um lado ou de outro, ao passo que a pesquisa ligada à área básica do acervo representaria um componente específico⁶⁹.

⁶⁸ CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. A pesquisa em Museologia ou...por uma pesquisa adjetivada. In: ARAÚJO, B. M. *et al.* **Museologia e suas interfaces críticas**: museu, sociedade e os patrimônios. Recife: Editora UFPE, 2019. p. 155-156.

⁶⁹ CÂNDIDO, 2013, *op. cit.*, p. 139.

Figura 3 – A pesquisa básica e a aplicada nos processos de musealização



Fonte: CÂNDIDO, 2013, p. 163.

Desdobrando os diferentes procedimentos que compõem a cadeia museológica, Bruno Brulon observa que a pesquisa representa o princípio e o fim do ciclo da musealização, devendo, portanto, “se fazer presente em todas as etapas – seja ela pesquisa empírica no campo onde os objetos são selecionados, seja pesquisa documental, pesquisa terminológica, pesquisa de técnicas e métodos de conservação, pesquisa expográfica aplicada à comunicação...”⁷⁰. Assim, na visão museológica contemporânea, a pesquisa é compreendida menos como uma atividade finalística e mais como uma **ação transversal e contígua** às atividades de comunicação e salvaguarda.

Partindo das diversas possibilidades de produção de conhecimento pelo e sobre o museu, Jean Davallon⁷¹ propõe uma esquematização da pesquisa em quatro categorias. A primeira delas toma por base o estudo das coleções museológicas, apoiando-se, segundo o autor, essencialmente sobre as disciplinas de referência ligadas ao conteúdo das coleções (história da arte, história, ciências naturais etc.). Um segundo conjunto constitui-se das pesquisas voltadas ao desenvolvimento de instrumentos museográficos (materiais e normas de conservação, de estudo ou de restauração, pesquisas de públicos, métodos de gestão etc.), recorrendo a disciplinas exteriores à museologia, como física, química, ciências da comunicação, entre outras.

⁷⁰ BRULON, 2018, *op. cit.*, p. 29.

⁷¹ DAVALLON, 1995 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, *op. cit.*, p. 78.

Segue-se uma terceira categoria de pesquisas, qualificadas como museológicas, que objetivam produzir reflexões sobre a missão e o funcionamento do museu a partir, sobretudo, de aspectos filosóficos e históricos. Enfim, o quarto grupo, também pertencente à categoria das investigações museológicas, se relaciona à produção de conhecimento associada a reflexões e análises sobre a instituição nas suas dimensões comunicacionais e patrimoniais.

É preciso reforçar que tais categorias, elaboradas para fins de análise e comparação, não se apresentam na prática de forma estanque e tampouco esgotam o vasto universo possível de investigações no campo museal. De forma geral, todas elas reforçam o fato de que os museus consomem e produzem conhecimento integrado a diferentes áreas do conhecimento, sendo, portanto, um espaço privilegiado para a experimentação interdisciplinar.

CAPÍTULO 3 – ESTUDOS DE CASO: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM TRÊS MUSEUS PAULISTAS

3.1 Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB)

3.1.1 Apresentação do Museu do Futebol

O Museu do Futebol (MF) é um equipamento museológico da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo administrado desde sua inauguração, em 2008, em parceria com a Organização Social de Cultura IDBrasil Cultura, Educação e Esporte. Sua missão é preservar, pesquisar e comunicar o futebol no Brasil, em suas dimensões e expressões históricas e culturais, para os mais diversos públicos; educar a partir dos afetos, da empatia e da inclusão; e incentivar a prática do esporte, colaborando para torná-lo mais inclusivo⁷². A sede do Museu está localizada na cidade de São Paulo e integrada a um lugar de memória do futebol brasileiro: o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, mais conhecido como Estádio do Pacaembu.

Imagem 1 – Edifício-sede do Museu do Futebol



Fonte: Museu do Futebol. Foto: direitos reservados.

⁷² VARZEA, M. *et al.* **Plano Museológico do Museu do Futebol**. São Paulo: IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, 2021, p. 41.

O MF foi concebido e implantado pela Fundação Roberto Marinho, organização também responsável pela criação do Museu da Língua Portuguesa, inaugurado em 2006. Ambas as instituições museológicas possuem como característica comum a abordagem dos respectivos enfoques patrimoniais na perspectiva do patrimônio imaterial e a constituição de suas exposições principais a partir de recursos tecnológicos interativos e linguagem multimídia, estando alinhados ao conceito de “museu de experiência”.

3.1.2 Histórico de implantação do Centro de Referência

Inaugurado em 2013, o Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB) é resultado de um amadurecimento interno acerca da dimensão preservacionista do Museu do Futebol, sendo a estratégia encontrada para suprir a lacuna identificada inicialmente em relação às atividades de pesquisa e salvaguarda, resultado da centralidade assumida pela exposição principal na constituição de sua cadeia museológica.

A percepção sobre o comprometimento do “espaço institucional que deve ser reservado à pesquisa, com vistas à produção de conhecimento novo sobre o enfoque central”⁷³ foi reforçada no Plano Museológico de 2009, que evidenciou a necessidade do museu “descolar-se da exposição inaugural e estabelecer linhas de pesquisa que buscassem compreender o fenômeno museal de forma mais ampla e diversificada”⁷⁴. Como forma de superação dessa problemática, o documento apontava para a “perspectiva de implantação de um Centro de Referência do Futebol e sua conjugação com linhas de pesquisa em desenvolvimento – Memória Viva e Na Rede”⁷⁵. Tais linhas de pesquisa, que integravam as ações estruturantes do início da gestão do Museu, contribuiriam para o objetivo de “alimentar a instituição de novos argumentos e vetores de acervo”⁷⁶.

⁷³ BRUNO, M. C. O.; ARRUDA, B. C.; FIGOLS, F. A. B. **Plano Museológico do Museu do Futebol**. São Paulo: Instituto da Arte do Futebol Brasileiro, 2009, p. 42.

⁷⁴ VARZEA *et al.*, 2021, *op. cit.*, p. 30.

⁷⁵ BRUNO, M. C. O. *et al.*, 2009, *op. cit.*, p. 48.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 42.

Ainda no ano de 2009, a equipe do Núcleo de Documentação e Pesquisa elaborou o projeto de implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, que apresentava três eixos principais:

1) pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo, de cunho etnográfico, visando o mapeamento de 150 indicadores de memória; 2) desenvolvimento de um banco de dados para a realização do registro das pesquisas e gerenciamento de todo o trabalho de pesquisa e documentação do Museu do Futebol; 3) construção de uma biblioteca e midiateca que funcionaria como a parte “física” do CRFB, voltada ao atendimento de pesquisadores e interessados em geral acerca do tema futebol⁷⁷.

O projeto foi viabilizado por meio da assinatura de um termo de cooperação junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), órgão do Ministério da Ciência e da Tecnologia⁷⁸. Outras parcerias importantes foram estabelecidas com o Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura⁷⁹. A implantação do CRFB foi efetivamente iniciada em 2011 e concluída dois anos depois. Ao longo desse processo, o Museu assumiu como tipologia de acervo referências patrimoniais amplas e diversas reunidas sobre a palavra “futebóis”, alinhando-se às perspectivas mais contemporâneas da Museologia⁸⁰.

⁷⁷ Informações retiradas do Relatório Final do projeto de implantação do CRFB apresentado à FINEP. Ver: ADERALDO, Camila Chagas. **Musealização de referências culturais: um estudo de caso do Museu do Futebol**. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 82.

⁷⁸ Os recursos destinados ao projeto somaram R\$ 1,155 milhões, sendo R\$ 708 mil destinados ao conveniente e R\$ 447 mil a bolsas de desenvolvimento tecnológico, transferidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliado posteriormente em julho de 2012 em mais R\$ 71 mil, com aproveitamento de rendimentos financeiros gerados pelos recursos vinculados ao convênio. ADERALDO, 2021, *op. cit.*, p. 84.

⁷⁹ VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p. 94.

⁸⁰ Tais aspectos relacionados aos novos modelos de musealização de referências culturais foram apresentados e discutidos no capítulo anterior.

3.1.3 Missão e objetivos

O Centro de Referência do Futebol Brasileiro define-se como o organismo “responsável por pesquisar e documentar diferentes expressões do futebol no Brasil, com vistas à constituição do acervo do Museu do Futebol”⁸¹.

As atividades desenvolvidas pelo Centro são múltiplas e diversas, sendo descritas da seguinte maneira:

O CRFB desenvolve pesquisas, estabelece parcerias com museus, memoriais, centros e grupos de pesquisas em universidades, promove palestras, seminários e encontros com o objetivo de contribuir com a troca, ampliação e divulgação de conhecimentos sobre futebol. Realiza a digitalização de fotos e documentos e contribui para a preservação de coleções sobre futebol⁸².

3.1.4 Acervos

As linhas programáticas de acervos, gerenciadas pelo CRFB, são segmentadas em três blocos, sendo eles:

Acervo museológico: abarca itens audiovisuais, fotográficos, textuais e iconográficos de natureza exclusivamente digital, provenientes da produção resultante das pesquisas de campo ou do compartilhamento de itens e coleções pessoais por parte de terceiros. Esse acervo está disponível para consulta *online* e presencial por meio de banco de dados.

Acervo bibliográfico e de midiateca: especializadas na temática do futebol, atualmente preservam e disponibilizam para consulta pública no espaço do CRFB cerca de 14 mil itens. A coleção bibliográfica é composta por livros, periódicos, artigos, teses, catálogos e obras de referência nacionais e estrangeiras sobre o tema do futebol. A midiateca, por sua vez, possui itens audiovisuais e sonoros, tais como entrevistas, filmes e vídeos de diversos gêneros, incluindo as entrevistas de História Oral realizadas pelo CRFB,

⁸¹ CRFB. MUSEU DO FUTEBOL [Site]. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁸² *Idem*.

preservadas em suporte digital (arquivos digitais, DVD, *Blu-Ray*). A aquisição de itens para ambas as coleções é orientada por temas e enfoques pré-definidos, em diálogo com os temas trazidos pela pesquisa ou projetos de exposição.

Memória institucional (Arquivo Histórico): composto de arquivos físicos e digitais, compreende documentos administrativos, de memória institucional e outros documentos produzidos pelo Museu em decorrência de suas atividades-meio e fim. Disponibilizados pelo CRFB mediante consulta prévia.

3.1.5 Pesquisa, documentação e referenciamento

Como mencionado, a criação das linhas de pesquisa antecedeu o projeto de implantação do CRFB, assumindo papel estratégico para a operacionalização das atividades de salvaguarda e comunicação do Museu.

As linhas de pesquisa **Memória Viva** e **Na Rede**, foram estruturadas a partir do objetivo comum de identificar as amplas e diversas expressões do futebol brasileiro, lançando mão de metodologias específicas para a coleta e registro dos acervos e referências. Por meio da história oral, a linha Memória Viva realiza sistematicamente séries de entrevistas gravadas em áudio e/ou vídeo, visando registrar “o testemunho de pessoas sobre acontecimentos, conjunturas e práticas relacionadas ao futebol”⁸³ e outros temas de interesse. A linha Na Rede, por sua vez, tem como objetivo mapear “locais, personagens, coleções, eventos e práticas relacionadas ao futebol contemporâneo”⁸⁴, utilizando como ferramenta a Etnografia.

As linhas são colocadas em prática por meio de projetos que mobilizam uma das metodologias ou propõem a conjugação de ambas, podendo apresentar diferentes recortes, eixos temáticos, prazos, equipes, financiamentos e produtos⁸⁵. Tais projetos podem ser elaborados internamente pelo CRFB ou em parceria com universidades, centros de pesquisa e pesquisadores.

⁸³ VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p. 93-94.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 94.

⁸⁵ *Idem*.

Toda a gama de informações reunida e orientada pelos eixos de pesquisa passa por um processamento técnico, que é específico para cada tipologia de acervo (museológico, arquivístico e bibliográfico). As referências e acervos coletados e tratados pela equipe do CRFB são disponibilizados virtualmente por meio de um sistema de **banco de dados**⁸⁶ que retroalimenta as ações de pesquisa e comunicação da instituição, além de possibilitar as atividades internas de gestão e preservação dos acervos.

3.1.6 Difusão e ações de formação

O CRFB realiza ações de formação e difusão acerca de questões relacionadas ao repertório do Museu voltadas aos mais variados públicos, sendo essa dimensão fundamental para sua atuação transversal junto a outras áreas da instituição, como a comunicação museológica. Entre os eventos e produtos realizados pelo Centro destacam-se:

- Publicação de artigos *online* na plataforma Medium⁸⁷, elaborados internamente ou em parceria com interlocutores externos;
- Exposições virtuais;
- Publicação em redes sociais de fotografias, entrevistas e demais conteúdos;
- Realização de ações extramuros;
- Realização de eventos de formação técnica nas áreas de Patrimônio Cultural, Museologia, História Institucional, Acervos Digitais e Gestão de Direitos Autorais.

⁸⁶ O processo de desenvolvimento do banco de dados do Museu do Futebol ocorreu entre 2011 e 2013, atendendo inicialmente à demanda de gerenciar todo o trabalho de pesquisa e catalogação realizado durante o projeto de implantação do CRFB. O *software* escolhido foi o “Sistemas Integrados”, desenvolvido pela empresa Base7 Projetos Culturais e customizado para as necessidades do Museu do Futebol. Além da gestão e difusão dos acervos, o banco de dados é fundamental para a gestão de diversas informações estratégicas e institucionais, tais como contratos de direitos de uso de imagem e voz, contratos de imagens licenciadas, contatos de fornecedores, parceiros, instituições, pessoas referenciadas etc. Banco de Dados. MUSEU DO FUTEBOL. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/banco-de-dados/>. Acesso em: 27 set. 2022.

⁸⁷ Link para acesso à plataforma Medium: MUSEU DO FUTEBOL: A história do Brasil por outro ângulo. Disponível em: <https://medium.com/museu-do-futebol>. Acesso em: 27 set. 2022.

3.1.7 Parcerias

O Centro desenvolve projetos de pesquisa continuamente em parceria com museus, memoriais, instituições de ensino, centros e grupos de pesquisas em universidades. Tais parcerias com o meio acadêmico, possibilitam que “perspectivas diversas, vindas dos mais variados campos e áreas do conhecimento, tornem-se capazes de subsidiar tais reflexões por meio de aportes teóricos, conectando museu, universidade e públicos”⁸⁸. Dentre as diversas parcerias estratégicas do CRFB, podemos destacar ainda aquelas realizadas junto ao grupo Wiki Movimento Brasil e outras iniciativas que buscam ampliar o acesso e o uso de acervos digitais do Museu do Futebol, promovendo a circulação em plataformas e licenças abertas *Creative Commons*.

3.1.8 Acesso e uso

O atendimento presencial ao público espontâneo e pesquisadores ocorre com apoio da equipe do CRFB no espaço da Biblioteca/Midiateca – uma sala de vidro de 45m² localizada ao final do percurso da exposição de longa duração, no piso superior do museu. O espaço possui bancadas para leitura, *wi-fi* gratuito e terminais de consulta ao acervo digital para uso compartilhado. O repositório digital do acervo também pode ser acessado pelo público gratuitamente através do site institucional.

Com a necessidade das medidas de prevenção à covid-19, o Centro criou uma Sala Virtual na qual os pesquisadores podiam entrar em contato via Google Meet, para solicitar atendimento referente a pesquisas e ao acervo do Museu do Futebol.

⁸⁸ VARZEA, M. *et al.*, *op. cit.*, 2021, p. 91.

Imagens 2 e 3: Espaços do CRFB



Fonte: Museu do Futebol. Fotos: direitos reservados.

De acordo com os números disponibilizados⁸⁹, a Biblioteca e a MEDIATECA realizaram, desde sua abertura, em 2013, até o ano de 2021, um total de **26.420 mil atendimentos presenciais**, sendo a maioria deles (61%) aos próprios visitantes do Museu – o que pode ser atribuído à localização privilegiada da biblioteca no percurso da visita à exposição de longa duração. Em seguida estão os funcionários internos (12%) e os pesquisadores e estudantes (10%). No mesmo período, **os atendimentos remotos totalizaram 2.170**.

3.1.9 Estrutura organizacional

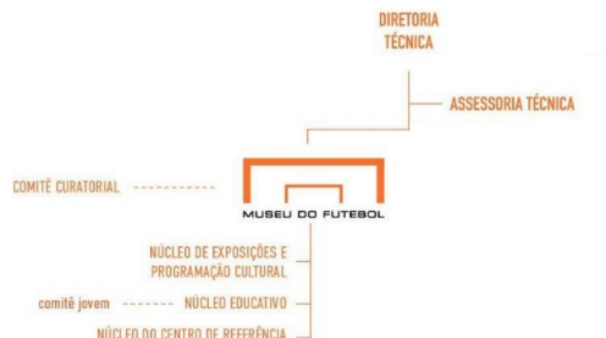
Iniciado como um projeto e, posteriormente, absorvido ao organograma do MF, o CRFB constituiu-se institucionalmente como Núcleo, cujas atribuições resumidas são:

Coordenar as atividades do CRFB, o que envolve ações de pesquisa e de gestão do acervo bibliográfico, arquivístico e museológico do museu, por meio de ações de documentação e pesquisa, da coordenação do atendimento ao público visitante ao CRFB e do gerenciamento do banco de dados, a partir da proposição de diretrizes, elaboração e execução de projetos e programas⁹⁰.

⁸⁹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 03/2021**. Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, qualificada como Organização Social de Cultura, para gestão do Museu do Futebol. UPPM/SEC, 2021, p. 114.

⁹⁰ VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p. 57.

Figura 4 – Organograma da parte técnica do Museu do Futebol.



Fonte: Contrato de Gestão nº 03/2021, UPPM/SEC, 2021.

O CRFB possui uma equipe especializada dedicada à pesquisa, à documentação e à gestão da biblioteca e da midiateca, composta atualmente por:

- 1 Coordenador do Núcleo do Centro de Referência
- 1 Bibliotecário
- 1 Pesquisador Sênior
- 1 Técnico em Documentação
- 1 Pesquisador Júnior
- 2 Estagiários

Uma vez que escopo de atuação do CRFB corresponde ao Programa de Acervos e Pesquisa do Museu do Futebol, a equipe é também responsável pelo desenvolvimento de atividades de gestão e preservação de acervo, tais como a elaboração da Política de Acervos, o licenciamento de imagens, a gestão dos contratos de direitos autorais e conexos, a preservação da memória institucional e a manutenção de rotinas de preservação digital.

3.1.10 Diretrizes futuras e desafios

Para o ciclo de gestão 2021-2026⁹¹, o CRFB terá como desafios fortalecer e ampliar seus projetos já existentes, tendo como diretrizes:

- Estruturar novos eixos temáticos de pesquisa⁹²;
- Fortalecer a equipe dedicada à pesquisa;
- Ampliar o acesso ao acervo digital do Museu do Futebol;
- Desenvolver Política de Preservação Digital e Política de Gestão dos Direitos Autorais e Conexos;
- Criação de novos produtos, ações extramuros e processos colaborativos junto aos demais núcleos do Museu;
- Intercâmbio com instituições para a produção de narrativas decoloniais.

3.2. Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração (CPPR)

3.2.1 Apresentação do Museu da Imigração

O Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI) é uma instituição pública da SEC administrada desde 2011 em parceria com o Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), também responsável pela gestão do Museu do Café, em Santos. Situado na cidade de São Paulo, entre os bairros da Mooca e do Brás, o MI ocupa o prédio da antiga Hospedaria de Imigrantes, instituição que funcionou entre 1887 e 1978 como espaço de recebimento, abrigo e encaminhamento para postos de trabalho de migrantes recém-chegados à cidade.

⁹¹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 03/2021**, UPPM/SEC, 2021, p. 100.

⁹² O Plano Estratégico estabelecido para o período 2021-2026 prevê que as linhas originais deem lugar a novos projetos estruturados em quatro eixos temáticos voltados a ampliar o acervo de referências: Futebóis, Futebol feminino, Territórios do Futebol e Clubes na cadeia de valor do futebol.

Imagem 4 – Edifício-sede do Museu da Imigração



Fonte: Museu da Imigração. Foto: direitos reservados.

Com o fechamento da Hospedaria, em 1978, o local foi transformado em um espaço de memória, ligado, inicialmente, sobretudo às comunidades migrantes europeias, e que assumiu diferentes perfis institucionais até chegar na atual configuração do Museu da Imigração, aberto ao público em 2014⁹³.

O processo de restauro e requalificação museológica e museográfica da instituição, ocorrido entre 2010 e 2014, resultou em uma ampla reformulação conceitual, amparada na compreensão da migração como um fenômeno contínuo e, portanto, não restrito a nacionalidades, regiões geográficas ou períodos históricos. Dentro dessa nova orientação, os fenômenos migratórios contemporâneos passaram a compor o recorte patrimonial da instituição, que estabeleceu como missão

Promover o conhecimento e a reflexão sobre as migrações humanas, numa perspectiva que privilegie a preservação, comunicação e expressão do patrimônio cultural das várias nacionalidades e etnias que contribuem para a diversidade da formação social brasileira⁹⁴.

⁹³ O edifício abrigou o Centro Histórico do Imigrante, de 1986 a 1993; o Museu da Imigração, de 1993 a abril 1998; o Memorial do Imigrante, de abril de 1998 a 2010; e o Museu da Imigração, de 2010 até os dias de hoje.

⁹⁴ EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2011, p.7.

3.2.2 Histórico de implantação do Centro de Referência

Aberto ao público em março de 2016, o Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração (CPPR) começou a ser gestado ainda no processo de reformulação da instituição, iniciado em 2010. Para a compreensão das funções delineadas originalmente para o CPPR, é fundamental retomar aquele momento e a trajetória do acervo do Museu da Imigração, composto a partir de distintas configurações institucionais e processos colecionistas. Uma ruptura importante aconteceu no ano de 2010, quando, paralelamente ao fechamento para a restauração de suas edificações, foram recolhidos pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) os fundos documentais da Hospedaria de Imigrantes – patrimônio reconhecido como memória do mundo pela UNESCO e que pautava com protagonismo as ações do antigo Memorial do Imigrante.

Dado o papel histórico do MI junto à documentação da Hospedaria de Imigrantes e sua importância para a manutenção do vínculo da instituição com o lugar de memória que ocupa, foi firmada uma parceria entre o museu e o APEESP para etapas de digitalização, indexação e disponibilização gratuita de séries documentais completas (registro de matrícula, cartas de chamada, listas de bordo etc.) por meio de uma base de dados *online* (Acervo Digital).

Como consequência desse processo e da completa renovação de suas equipes, o Museu foi desafiado, após sua reabertura em 2014, a reorganizar sua memória institucional e estabelecer novos critérios para a gestão de suas coleções, bem como para a ampliação de seu acervo, a partir das novas diretrizes conceituais e linhas de pesquisa⁹⁵. A motivação para a criação do CPPR se vinculou intimamente, portanto, à perspectiva de instauração de um raciocínio de gestão integrada dos acervos e da informação, que pudesse resultar futuramente na articulação das bases de dados existentes em um banco de dados unificado e acessível a consultas⁹⁶.

⁹⁵ As novas linhas de pesquisa estabelecidas para a instituição se ligaram aos três eixos macro definidos para a reformulação da exposição de longa duração: “deslocamento como processo definidor da humanidade, história da Hospedaria de Imigrantes e imigração contemporânea”. EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2011, p. 47.

⁹⁶ O Museu da Imigração compôs, junto com a Pinacoteca do Estado e o Museu da Casa Brasileira, o projeto-piloto da UPPM/SEC para implantação do banco de dados *InPatrimonium* para cadastramento e gestão da coleção museológica.

Em 2016, após os avanços iniciais na etapa de reorganização física e documental dos acervos e aprimoramento de seus instrumentos de gestão, a instituição entendeu ser o momento de dar início à difusão das informações sobre as coleções e atividades técnicas realizadas pelo Museu com a inauguração efetiva do espaço físico do Centro.

3.2.3 Missão e objetivos

O CPPR tem como missão “a salvaguarda, a pesquisa e a difusão de referências patrimoniais sobre a história das migrações em São Paulo”⁹⁷. Para além de um espaço de consulta aos acervos, o Centro é definido como uma “instância articuladora das várias áreas e coleções que a instituição possui”, isto é, “o ponto de encontro entre objetos, documentos textuais, livros, entrevistas de história oral e diferentes saberes”⁹⁸. Atua nos campos da gestão do acervo, pesquisa, produção de conteúdo, difusão e ações de formação.

3.2.4 Acervos

O acervo sob a guarda do MI e disponibilizado por meio do CPPR é atualmente arranjado a partir de quatro grupos⁹⁹:

Coleção museológica: cerca de 12 mil peças de variadas tipologias, provenientes de doações espontâneas e das instituições que ocuparam o prédio da Hospedaria.

Coleção de história oral: aproximadamente 600 entrevistas coletadas de 1993 até os dias atuais a partir de duas vertentes principais: histórias de vida e temáticas de interesse da instituição

⁹⁷ Acervo e Pesquisa. **Museu da Imigração** [Site]. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/acervo-e-pesquisa/pesquisa>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁹⁸ INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA HISTÓRIA DO CAFÉ E DA IMIGRAÇÃO. **Política de Acervo do Museu da Imigração**. São Paulo, 2018, p. 18.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 21-40.

Coleção bibliográfica: composta por cerca de 10 mil materiais, entre livros, periódicos, folhetos, mapoteca, teses, apostilas, catálogos, fotos, CD-roms, DVDs, VHS, discos em vinil, bitolas de filmes e hemeroteca, relacionados à temática da imigração e ao desenvolvimento das atividades do Museu.

Arquivo Institucional: documentos administrativos e funcionais que foram produzidos, acumulados e recebidos em decorrência das atividades da instituição, organizados em dois fundos: Memorial do Imigrante (1993-2010) e Museu da Imigração (2011-).

3.2.5 Pesquisa, documentação e referenciamento

O Museu da Imigração, por meio do Núcleo de Pesquisa, desenvolve investigações a partir de três dimensões: 1. Pesquisa de acervo (museológico, arquivístico, história oral); 2. Pesquisa sobre a história da Hospedaria; 3. Pesquisa sobre migrações contemporâneas¹⁰⁰.

Ao longo dos anos, o CPPR centrou sua atuação nas pesquisas ligadas à história da Hospedaria de Imigrantes, principalmente relacionadas à documentação recolhida em 2010 pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e disponibilizada através do Acervo Digital.

Tal direcionamento foi fruto de uma demanda do público pela busca de registros sobre familiares migrantes nos arquivos da antiga Hospedaria, sobretudo para a requisição de dupla cidadania. Dessa forma, o Centro se especializou, ao longo dos anos, na área de Genealogia e no atendimento aos consulentes interessados em descobrir mais informações acerca de antepassados migrantes nacionais e internacionais.

Além de oferecer um atendimento presencial e remoto para orientar as buscas no Acervo Digital, o CPPR também investiu em parcerias e pesquisas que ampliaram e qualificaram esse serviço, agregando novos acervos de referência. São exemplos dessas ações a pesquisa de registros em arquivos e cartórios estrangeiros¹⁰¹ e o

¹⁰⁰ EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2020, p. 42.

¹⁰¹ Como, por exemplo, os arquivos italianos *Archivio di Stato di Venezia* e *Archivio di Stato di Verona*.

contrato firmado com o banco internacional de genealogia FamilySearch, que elevou o Museu da Imigração a Biblioteca Filiada, possibilitando o acesso público a registros não disponibilizados em seu portal *online*.

Importante salientar que, no âmbito da parceria com o Arquivo do Estado, o Museu ficou responsável pela pesquisa e difusão do acervo, indicando a instituição responsável por sua guarda para a emissão de documentos como certidões de desembarque e certidões de registro.

3.2.6 Difusão e ações de formação

Dentre as atuações principais do CPPR constam os produtos gerados pelas pesquisas desenvolvidas ou articuladas pelo MI nos terrenos da difusão e formação. No que se refere à divulgação de trabalhos e formação, o Centro promove palestras e cursos de forma regular, tais como: “Pesquisando Documentos de Família”, “Imigração Italiana: História, Pesquisa Genealógica e Cidadania” (quatro edições) e “Semana da Genealogia” (duas edições)¹⁰². Além disso, realiza exposições virtuais e possui um *blog*¹⁰³ hospedado em aba do *site* institucional que dá visibilidade aos artigos produzidos internamente pelas equipes de preservação e pesquisa ou por colaboradores externos.

Cabe ressaltar que as formações no campo da Genealogia e Fluxos Migratórios oferecidas pelo CPPR são compreendidas pela atual gestão como uma potencial fonte de receita para a instituição. Com a ampliação da grade de cursos presenciais e *online*, o Museu prevê que essa fonte represente, em média, 6% de sua captação financeira anual entre os anos de 2022 e 2026¹⁰⁴.

¹⁰² EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2020.

¹⁰³ *Link* para acesso ao *blog* do CPPR: MUSEU DA IMIGRAÇÃO. [Blog]. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog>. Acesso em: 27 set. 2022.

¹⁰⁴ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 04/2022**. Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o Instituto de Preservação e Difusão da História da Café e da Imigração, qualificada como Organização Social de Cultura, para gestão do Museu da Imigração. UPPM/SEC, 2022, p. 39.

3.2.7 Parcerias

Como vimos, as parcerias são fundamentais para a atuação do CPPR. Desde o recolhimento do fundo da Hospedaria de Imigrantes, em 2010, a relação institucional entre o Museu da Imigração e o Arquivo Público do Estado de São Paulo tem se mostrado estratégica para a plena compreensão das coleções e para o desenvolvimento das pesquisas e dos serviços oferecidos pelo Centro. Outras importantes parcerias mantidas pelo organismo são as estabelecidas com cartórios, arquivos e bases genealógicas internacionais, com destaque para o FamilySearch.

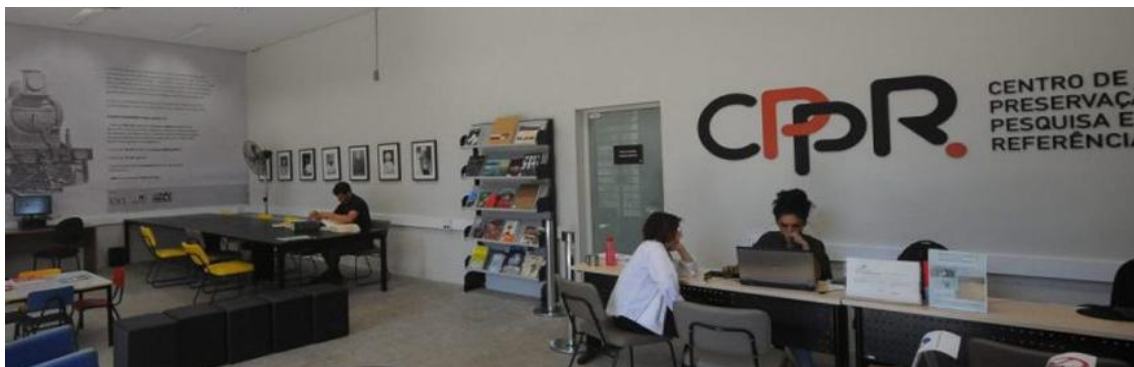
3.2.8 Acesso e uso

O CPPR atua no apoio a pesquisadores acadêmicos, grupos de estudantes e públicos diversos interessados em realizar pesquisas nas diferentes coleções do Museu. O espaço físico do Centro de Referência está localizado no pavimento térreo do edifício. Possui uma área reservada à Biblioteca e ao Arquivo Institucional, além de mesas individuais e coletivas (para reuniões), a fim de facilitar o acesso dos pesquisadores e, também, dos grupos escolares.

O espaço disponibiliza ainda terminais de consulta às entrevistas de história oral e dois computadores para pesquisa ao Acervo Digital e demais repositórios utilizados para gestão das coleções¹⁰⁵. A consulta ao Acervo Digital também pode ser feita *online*, através do *site* institucional. O material coletado nos projetos de história oral pode ser acessado em formato de áudio, no próprio Centro, ou pela transcrição da íntegra, que pode ser requisitada e liberada mediante assinatura de Termo de Cessão de Uso.

¹⁰⁵ Os bancos de dados atualmente em uso são o *In Patrimonium*, para gestão da coleção museológica, e o *BNWeb*, para as coleções bibliográfica e de história oral. O primeiro ainda não está acessível *online*, mas o segundo já está e possui interface no *site* institucional: Biblioteca *Online*. MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://museudaimigracao.bnweb.org/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>. Acesso em: 27 set. 2022.

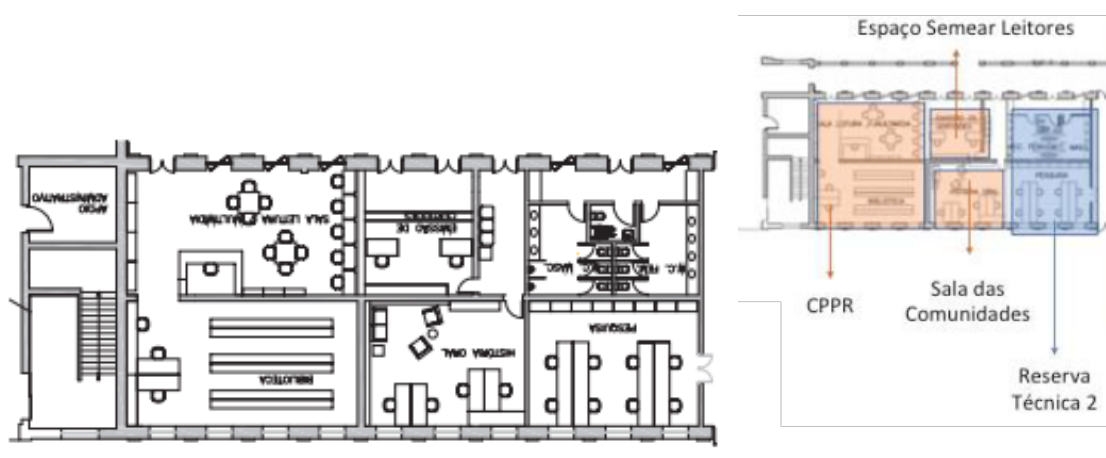
Imagem 5 – Espaço do CPPR



Fonte: Museu da Imigração. Foto: direitos reservados

Como é possível observar nas plantas abaixo, o espaço passou por algumas adequações em relação ao projeto original, dadas as demandas impostas pelo uso cotidiano das instalações por parte dos públicos após a reabertura e outras necessidades da instituição. Dentre as mudanças, estão a ampliação do espaço da reserva técnica e a criação de dois espaços complementares dentro da área originalmente destinada ao CPPR: a Sala das Comunidades e o Espaço Semear Leitores.

Figuras 5 e 6 – À esquerda, desenho original para o espaço físico do CPPR e, à direita, espaços e usos no ano de 2020.



Fonte: Plano Museológico do Museu da Imigração, 2011/2020.

De acordo com os números disponibilizados pelo Museu da Imigração, o Centro realizou, entre os anos de 2017 e 2021, um total de **33.868 mil atendimentos**. O grande afluxo de consulentes que recorrem ao local em busca de documentos de família com vistas à aquisição de dupla cidadania mostra a centralidade adquirida por esse serviço nas atividades cotidianas do CPPR – o que é visto pela instituição como uma oportunidade de ampliação e fidelização de público também para os outros espaços de visitação¹⁰⁶.

Quadro 2 – Atendimentos realizados pelo CPPR entre 2017 e 2021

Ano	2017	2018	2019	2020	2021*
CPPR atendimentos	7.218	9.165	9.966	7.519	9.588

(*) os números de 2021 foram computados até o mês de agosto

Fonte: SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO. Contrato de Gestão nº 04/2022.¹⁰⁷

Ao longo da pandemia de covid 19, o atendimento aos interessados continuou sendo realizado por *e-mail*. Além disso, a equipe se dedicou a publicar com maior frequência novas séries de textos no *blog* do CPPR, e a realizar *lives* temáticas, cursos *online* e exposições virtuais.

3.2.9 Estrutura organizacional

O Centro de Pesquisa, Preservação e Referência é uma instância não formal, alocada entre o Núcleo de Pesquisa – responsável pelas atividades de pesquisa histórica, história oral, atendimento ao público e relações institucionais com grupos ligados à imigração contemporânea – e o Núcleo de Preservação, cuja atuação corresponde às atividades de documentação e conservação dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico. Atualmente, a equipe exclusivamente destinada às atividades do CPPR é composta por:

¹⁰⁶ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 04/2022**. Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o Instituto de Preservação e Difusão da História da Café e da Imigração, qualificada como Organização Social de Cultura, para gestão do Museu da Imigração. UPPM/SEC, 2022, p. 41.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 8.

- 1 Analista de Pesquisa Sênior (Gestor do CPPR)
- 1 Analista de Pesquisa Júnior
- 1 Assistente de Pesquisa
- 1 Estagiário de Pesquisa

O CPPR possui ainda uma logomarca própria, desenvolvida com base na identidade visual da instituição.

3.2.10 Diretrizes futuras e desafios

De acordo com a OS gestora, o CPPR tem como principal desafio ampliar o seu serviço de referência por meio da integração dos bancos de dados atualmente em uso – *In Patrimonium* (coleção museológica) e BNWeb (coleções bibliográfica e de história oral) – em um repositório institucional unificado e integralmente disponível *online*, que vise reunir, registrar, sistematizar e preservar a produção intelectual do Museu da Imigração, auxiliando o fomento das pesquisas e facilitando o intercâmbio de informações entre pesquisadores¹⁰⁸. Uma das diretrizes propostas para o Centro é a retomada do tratamento do Acervo Digital e ampliação da parceria com o Arquivo do Estado, assim como o fortalecimento das parcerias com cartórios e instituições afins visando ampliar a base de dados sobre migração no Brasil¹⁰⁹.

3.3. Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista

3.3.1 Apresentação do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MIV) é uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, localizada na cidade de Tupã (SP), e administrada desde 2008 por meio de parceria com a ACAM Portinari – Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari, também

¹⁰⁸ **Contrato de Gestão nº 04/2022**. UPPM/SEC, 2022, *op. cit.*, p. 69.

¹⁰⁹ EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2020, p. 46.

responsável atualmente pela gestão do Museu Casa de Portinari, em Brodowski, e do Museu Felícia Leirner/Auditório Claudio Santoro, em Campos do Jordão.

Criado em 1966, no contexto de implantação da rede dos Museus Históricos e Pedagógicos do estado de São Paulo, o MIV está instalado desde 1980 em edifício próprio construído para essa finalidade por seu fundador, Luiz de Souza Leão, em terreno doado à Prefeitura Municipal de Tupã.

Imagem 6 – Edifício-sede do Museu Índia Vanuíre



Fonte: ACAM Portinari. Foto: direitos reservados.

Entre 2009 e 2010, o Museu passou por um processo de reforma predial e requalificação museológica, reabrindo com uma nova exposição de longa duração que destacou a vocação intercultural da instituição e o diálogo com as comunidades locais (moradores de Tupã e povos indígenas da região). Dentro dessa orientação, o Museu estabeleceu como missão preservar, valorizar e comunicar o patrimônio histórico e o patrimônio etnográfico indígena, em especial o legado de povos do Oeste Paulista; e promover a reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania levando em conta diferentes culturas e interações entre diversos grupos da sociedade¹¹⁰.

¹¹⁰ ACAM PORTINARI. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2018, p. 10.

3.3.2 Histórico de implantação do Centro de Referência

A criação de um Centro de Referência para o MIV foi parte integrante do plano de requalificação museológica da instituição. O Plano Museológico elaborado em 2009 recomendou a criação de um Centro de Referência especializado em etnologia indígena. Segundo o documento, esse espaço poderia ter as funções de biblioteca, hemeroteca, videoteca, midiateca e discoteca, articulando a documentação por meio de uma base de informática. Propunha, ainda, a “criação de banco de memória oral composto por entrevistas com membros da comunidade indígena da Aldeia Vanuíre, e por bancos fotográfico e filmográfico a respeito de manifestações e tradições indígenas”¹¹¹. Por fim, recomendava que o projeto arquitetônico estabelecido para a reforma do edifício contemplasse uma área adequada à guarda e à consulta dos multimeios.

O Centro de Referência Kaigang foi planejado em parceria com a professora Marília Xavier Cury¹¹² e inaugurado oficialmente no dia três de maio de 2012, durante o I Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus e o III Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural, evento promovido pela UPPM/SEC, pela ACAM Portinari e pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), e que reuniu importantes profissionais e pesquisadores da museologia nacional e internacional, em especial nas áreas de etnologia, antropologia e arqueologia.

Voltado inicialmente para a preservação e difusão de referências patrimoniais relacionadas à cultura Kaigang, o Centro expandiu seu recorte em 2014, quando, por meio de um processo de escuta das comunidades, passou abarcar em suas pesquisas os demais grupos presentes no interior paulista: Krenak, Terena e Guarani, das Terras Indígenas Vanuíre (Arco-Íris), Icatu (Braúna) e Araribá (Avaí). A partir de então, passou a ser denominado Centro de Referência Kaigang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista.

¹¹¹ EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2009, p. 34.

¹¹² Museóloga docente do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

3.3.3 Missão e objetivos

O projeto do Centro de Referência Kaingang estabeleceu como missão “reunir, para valorização, referências culturais, sociais, patrimoniais, cotidianas, históricas, etnológicas, arqueológicas, ecológicas, da saúde, artísticas e indígenas sobre o povo Kaingang”¹¹³, ampliando posteriormente esse recorte para outros grupos indígenas presentes na região do Oeste Paulista. O Centro possui como público alvo pesquisadores, jornalistas, indígenas, artistas e demais interessados. Dentre seus objetivos específicos estão:

- Desenvolver coleções, conservá-las e documentá-las;
- Levantar entidades e instituições que tratam do tema Kaingang para estabelecimento de rede de intercâmbio;
- Pesquisar para gerar informação e conhecimento;
- Gerar catálogos para difundir informações;
- Realizar publicações;
- Organizar eventos culturais e/ou científicos;
- Atender ao pesquisador e ao público interessado;
- Dar suporte ao pesquisador indígena;
- Promover as tradições e a educação indígena diferenciada;
- Desenvolver uma ética na relação com os indígenas;
- Influenciar as políticas públicas no que se refere à preservação das culturas indígenas no estado de São Paulo.

3.3.4 Acervos

O Museu Índia Vanuîre reúne, por meio das ações do Núcleo de Preservação e Pesquisa e do Centro de Referência, um dos mais importantes acervos do Estado de

¹¹³ CURY, Marília Xavier; YONAMINE, Denise. Centro de Referência Kaingang: coleção, conservação, pesquisa e comunicação da cultura indígena. *In*: CURY, Marília Xavier. (org.). **Questões indígenas e museus – Enfoque regional para um debate museológico**. Brodowski; São Paulo: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Secretaria da Cultura do Estado de SP, 2014, p. 201-202.

São Paulo, que contribui para a discussão acerca do processo de colonização da região oeste de São Paulo e da relação, no passado e no presente, entre indígenas e não indígenas. O acervo é formado pelas seguintes coleções:

Coleção museológica: composto, em contagem de 2016, por cerca de 20 mil objetos, sendo divididos entre a coleção etnográfica, que representa, por meio de objetos cotidianos e ritualísticos, diversos povos indígenas presentes no território brasileiro e a coleção histórica, que aborda a formação e o desenvolvimento do município de Tupã, por meio de objetos como móveis, armamentos, máquinas, utensílios, instrumentos, vestimentas, gravações e documentos textuais. O acervo museológico abarca ainda objetos com classificação variada (objetos naturais e de arte), fotografias e objetos de filatelia e numismática.

Coleção bibliográfica: aproximadamente 20 mil itens no acervo bibliográfico incluindo hemeroteca com mais de 10 mil edições dos principais jornais de Tupã do final da década de 1940 até meados da década de 1990.

O MIV possui uma base de dados interna e uma base de dados *online* acessível apenas para equipe. A criação de um repositório digital para a difusão de acervo está no horizonte da instituição e em diálogo com a UPPM/SEC.

3.3.5 Pesquisa, documentação e referenciamento

As linhas de pesquisa que embasam a atuação do Centro de Referência podem ser melhor entendidas como abordagens, uma vez que promovem uma “visão holística”¹¹⁴ das culturas dos povos indígenas do Oeste Paulista. O projeto desenvolvido por Marília Xavier Cury aponta algumas possíveis abordagens, tais como:

- Por campo de conhecimento: antropologia, arqueologia, museologia, artes, história, botânica, educação e outros;

¹¹⁴ CURY; YONAMINE, 2014, *op. cit.*, p. 202.

- Por conceituação: patrimônio, memória, alteridade e identidade, paisagem, território, representação, tolerância cultural, colonização, processo civilizatório e outros;
- Autonarrativas e autorrepresentações;
- Ética e políticas públicas;
- Experimentações museais.

Por meio do Centro de Referência, o MIV desenvolve e promove pesquisas a partir de seu acervo, com o objetivo de levantar e sistematizar informações para o aprofundamento da documentação dos objetos museológicos. A ação do Centro engloba ainda a pesquisa curatorial, que orienta ações de aquisição visando à formação de coleções representativas¹¹⁵. Com esse objetivo, também atua na coleta de objetos e de registros audiográficos, fotográficos e videográficos de práticas contemporâneas (cotidianas, festivas ou ritualísticas) de membros das comunidades indígenas da região. Tais registros (brutos e editados) são incorporados ao acervo do MIV em suporte digital (HDs externos e servidores) e disponibilizados para consulta presencial.

Além disso, o Centro mapeia, organiza e disponibiliza referências e coleções externas (documentos de arquivo, livros, revistas, jornais, áudios e vídeos, publicações digitais e em Braille, e outros materiais bibliográficos) para o estudo dos temas de interesse, tais como o próprio museu, coleções e relatórios de outros museus e instituições de pesquisa, fundos arquivísticos e referências bibliográficas¹¹⁶.

Atualmente, está sendo realizado um levantamento interno de materiais relacionados à memória institucional, que deverão ser disponibilizados para pesquisa após o processo de organização e tratamento.

¹¹⁵ ACAM PORTINARI. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2018, p. 32.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 33.

3.3.6 Difusão e ações de formação

No âmbito da difusão e da formação, o Centro de Referência do Museu Índia Vanuíre realiza e/ou participa de iniciativas como encontros, seminários, eventos, oficinas, apresentações e publicações. Além disso, é responsável por desenvolver um projeto específico, denominado **Projeto Identidade**, a partir do qual apoia processos museológicos e iniciativas de preservação da memória das comunidades indígenas da região de Tupã, envolvendo patrimônio material e imaterial. Tal colaboração ocorre a partir de ações de formação e difusão. A saber:

- Ciclos de intercâmbio de informações e conhecimentos sobre processos museológicos entre membros das comunidades indígenas, das comunidades da cidade, de universidades, de outros museus e da equipe do Museu Índia Vanuíre;
- Disseminação de patrimônio material e imaterial resultante dos processos museológicos dessas comunidades, nas terras indígenas e no museu, através de exposições e atividades educativas a cargo dos outros programas do museu, específicos para essas ações¹¹⁷.

É, portanto, por meio das ações colaborativas do Projeto Identidades que o Centro de Referência projeta os conteúdos de suas pesquisas e trabalha de forma articulada com os demais setores do museu – sobretudo com a frente de comunicação.

3.3.7 Parcerias

As ações colaborativas e o relacionamento de parceria que o MIV cultiva junto aos povos indígenas da região é parte constitutiva e fundamental de todas as suas frentes de trabalho, incluindo os processos de pesquisa, documentação, exposição,

¹¹⁷ ACAM PORTINARI. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2018, p. 34.

educação e difusão cultural. Dessa forma, o Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista desempenha um importante papel na articulação, interlocução e ampliação dos diálogos internos e externos de diferentes naturezas.

Além disso, o Centro busca trabalhar em parceria com instituições nacionais e internacionais, universidades, grupos e pesquisadores que não integram formalmente os quadros do museu para o desenvolvimento de ações específicas. Tal colaboração é estratégica para suprir as equipes enxutas e viabilizar a realização das atividades planejadas.

3.3.8 Acesso e uso

Embora recomendado no Plano Museológico de 2009, não há até o presente momento um espaço físico no edifício do museu exclusivamente destinado ao Centro de Referência. Dessa forma, o atendimento ao público é realizado mediante agendamento prévio em uma sala compartilhada com a equipe do Núcleo Educativo do Museu¹¹⁸.

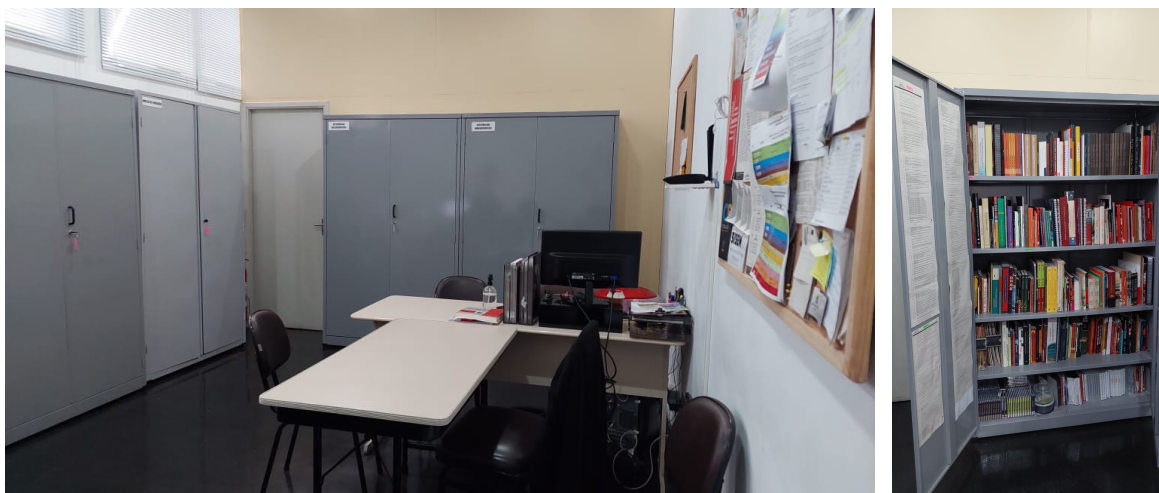
O espaço possui mesa, cadeira e um *notebook* para uso do pesquisador, contendo os materiais digitais disponíveis para consulta, incluindo a produção realizada por meio das parcerias com os grupos indígenas da região (registros textuais, audiográficos, fotográficos e videográficos). Na sala também se encontram estantes com livros e materiais bibliográficos de referência divididos por temáticas.

O acervo bibliográfico tombado está localizado na reserva técnica, incluindo as obras consideradas raras. Nesse caso, a consulta é mais limitada, sendo necessário o envio de uma solicitação explicando o objetivo da pesquisa. Já os livros de referência ficam disponíveis na sala do Centro de Referência para consultas gerais.

Durante o período de isolamento social, o Centro de Referência realizou atendimentos via *e-mail* e telefone (ligação/WhatsApp). A depender do tema da pesquisa, eram compartilhados os *links* de materiais que já estavam disponíveis *online* ou indicadas obras que pudessem ser acessadas de forma virtual.

¹¹⁸ O MIV ainda não realiza controle sistemático dos números de atendimentos anuais realizados pelo Centro de Referência.

Imagens 7 e 8 – Espaços do Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Camila Djurovic

3.3.9 Estrutura organizacional

O Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista é uma subunidade da estrutura organizacional do museu alocada no Núcleo de Pesquisa e Preservação – responsável por atender às atividades do Programa de Pesquisa e do Programa de Acervo.

O Programa de Pesquisa é dividido em Núcleo de Pesquisa e Núcleo de Serviço de Referência. É atribuição do Núcleo de Pesquisa “desenvolver e promover pesquisas visando a documentação extensa dos objetos do museu”¹¹⁹. Já o Núcleo de Serviço de Referência agrupa e dissemina “informações e fontes de informações sobre patrimônio cultural material e imaterial das comunidades indígenas Kaingang e outras do Oeste Paulista, e referências históricas e ambientais do município e região de Tupã”¹²⁰.

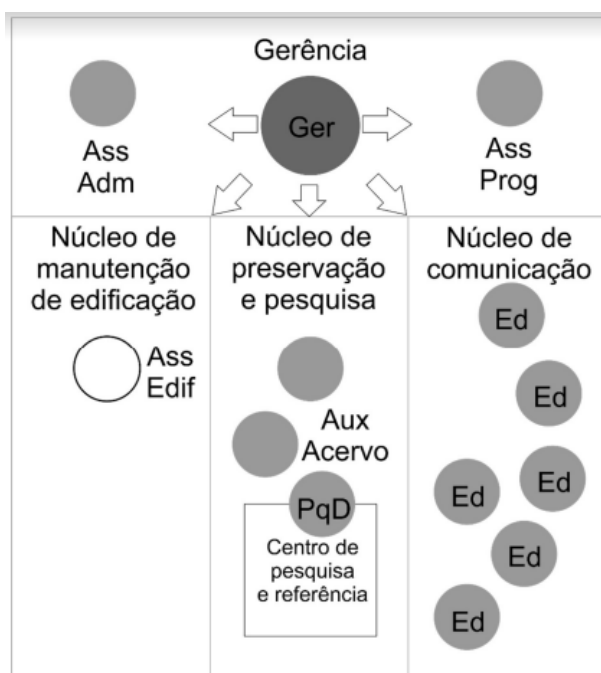
O Centro de Referência conta com uma Pesquisadora-Documentalista dedicada às suas atividades, sob a responsabilidade, orientação e supervisão de um profissional museólogo (Gerência). São de responsabilidade da funcionária as ações em parceria com as terras indígenas, a organização de materiais sobre a temática indígena e

¹¹⁹ ACAM PORTINARI. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2018, p. 33.

¹²⁰ *Idem*.

histórica, bem como as questões relacionadas à documentação de objetos etnográficos.

Figura 7 – Organograma do Museu Índia Vanuíre



Fonte: Plano Museológico do Museu Índia Vanuíre, 2018.

3.3.10 Diretrizes futuras e desafios

Dentre os principais desafios postos para a manutenção do Centro de Referência está a ampliação da equipe, de modo a atender com maior eficiência a todos os projetos e ações planejadas, e a destinação de local exclusivo para o atendimento ao público. A SEC, estabeleceu como um dos desafios institucionais para gestão do MIV no período 2021-2026 “continuar o processo de consolidação do Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista, por meio da estruturação física do espaço e de articulação de parcerias com instituições nacionais e internacionais”¹²¹. Nesse sentido, também apontou como necessário o

¹²¹ SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Convocação Pública – Resolução SC n. 13/2021**. Termo de Referência para elaboração de proposta técnica e orçamentária para a gestão do: I – Museu do Futebol e/ou II – Museu Casa de Portinari, Museu Histórico e Pedagógico

desenvolvimento de políticas de preservação digital e de gestão de direitos autorais, tendo em vista a gestão das coleções de história oral desenvolvidas e constantemente ampliadas pelo Museu.

3.4. Perfis institucionais dos Centros de Pesquisa e Referência: possíveis funções na cadeia operatória museológica

A partir das três experiências descritas anteriormente, observamos que os Centro de Pesquisa e Referência dos museus da UPPM/SEC podem ser orientados para:

- Integrar e disponibilizar as diferentes tipologias de acervos preservadas pelo museu (museológico, bibliográfico e arquivístico);
- Agrupar, organizar e disseminar fontes externas de informações sobre as coleções e temáticas de interesse do museu (referências);
- Qualificar espaços da Biblioteca e/ou Midiateca;
- Implementar espaços para atendimento a pesquisadores e interessados, ampliando o acesso às coleções e referências;
- Desenvolver artigos, publicações e conteúdos para redes sociais/*site* do museu;
- Promover atividades de formação, programação cultural e atividades extramuros sobre as temáticas trabalhadas pelo museu e suas atividades museológicas;
- Criar redes e dialogar com pessoas, instituições, grupos e comunidades para estabelecer projetos e parcerias.
- Implementar linhas de pesquisa e fomentar investigações sistemáticas sobre o acervo, a instituição e temas correlatos ao recorte patrimonial;
- Fomentar novas narrativas museológicas e nortear a ampliação das coleções;
- Desenvolver novas coleções e salvaguardá-las;
- Ampliar e enriquecer a documentação dos bens musealizados;
- Promover e/ou subsidiar curadorias e exposições;

- Desenvolver plataformas e sistemas integrados de gestão de acervos, (repositórios digitais, bancos de dados etc.);
- Desenvolver políticas de acervo, de preservação digital e de gestão de direitos autorais;
- Estudar e desenvolver ações de livre acesso aos acervos digitais, possibilitando o uso e o reuso dos conteúdos pelo público;

No entanto, ainda que seja possível identificar linhas de ação comuns, observamos que a configuração de cada Centro de Pesquisa e Referência e seu papel como instância de articulação da cadeia operatória museológica varia de acordo com a missão, os acervos, a estrutura organizacional e física, dentre outras particularidades de cada museu. Também fica claro, nos casos estudados, que a prática e as experiências diárias precederam a elaboração de teorias ou de diretrizes que enquadrassem a atuação desses organismos dentro de um modelo único.

Verificamos ainda que são diversas as motivações que podem moldar a implantação dos Centros de modo a atender aos desafios específicos colocados para as instituições. No caso do Museu do Futebol, que nasceu e se centrou a partir de sua exposição de longa duração, o CRFB foi a maneira encontrada de suprir a lacuna da pesquisa e da salvaguarda de referências, acervos, coleções e memórias ligadas à temática do futebol. Já no caso do Museu da Imigração e do Museu Índia Vanuíre, a implantação desses organismos foi fruto de processos de requalificação museológica que abarcaram a revisão e/ou criação de linhas de pesquisa a partir de novos recortes patrimoniais. Diferentemente do CRFB, que assumiu a missão de “gerar” um acervo museológico diante da ausência de coleções materiais tradicionais, os dois outros Centros tinham como tarefa ampliar e dar visibilidade e acesso a legados já constituídos.

Ao realizar os estudos de caso do Museu do Futebol, do Museu da Imigração e do Museu Índia Vanuíre, nos colocamos como desafio identificar, à luz da teoria museológica, qual seria o principal elemento que caracteriza cada um dos CPR analisados.

Em relação ao Centro de Referência do Futebol Brasileiro, podemos afirmar que sua particularidade reside na elaboração de estratégias inovadoras para a **salvaguarda patrimonial**, sendo a pesquisa o principal viés dessas ações. Embora seja considerado um modelo para os demais museus da rede da UPPM/SEC, a missão do CRFB é bastante abrangente, sendo este o propulsor das ações voltadas à pesquisa, identificação e registro de referências patrimoniais, assim como o setor responsável por criar e administrar os procedimentos e protocolos para a documentação e conservação do acervo. Pela posição central que assumiu para o atendimento dos princípios básicos da cadeia operatória museológica, constitui-se de fato como o “coração da ação patrimonial do museu”¹²².

O pioneirismo do CRFB advém do que foi, inicialmente, uma das principais críticas dos especialistas da área museológica à criação do Museu do Futebol: um “museu sem acervo”, que teria privilegiado a concepção de uma exposição de longa duração a partir de recursos multimídia. Levando em conta a opção por não trabalhar com a tradicional coleta de itens materiais, o processo de musealização foi estruturado partir do mapeamento e da atribuição de camadas de sentido para as referências culturais imateriais que são incorporadas ao contexto museológico enquanto **informação**¹²³, se traduzindo em dados textuais e na formação de um acervo digital. Essa especificidade, consolidada ao longo de sua trajetória, é sustentada pelo desenvolvimento de estratégias e metodologias inovadoras para a coleta, registro e tratamento dos acervos e referências.

Além de alimentar a formação e o tratamento do acervo museológico, a pesquisa sistemática promovida pelo CRFB fundamenta a projeção de conteúdos por meio das frentes de comunicação museológica (programação cultural e exposições). Por outro lado, o serviço de atendimento a pesquisadores e a criação de uma rede de interessados no tema se colocam como uma maneira estratégica de trazer “aportes que sugerem caminhos e novas referências”¹²⁴. É, portanto, na escuta e no diálogo com as comunidades estabelecidos a partir da pesquisa que reside o potencial do Museu agregar múltiplas vozes e se manter atento às questões e causas

¹²² VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p.10. [grifo nosso].

¹²³ ADERALDO, 2021, *op. cit.*, p. 108.

¹²⁴ VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p. 92.

contemporâneas relacionadas ao futebol (como, por exemplo, o futebol feminino) articulando “um potencial de constante autocrítica ao seu repertório e à sua exposição de longa duração”¹²⁵.

Em relação ao Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração, identificamos que a principal característica reside na **prestação de serviços**, uma vez que sua atuação vem se pautando, em grande medida, no atendimento e pesquisas referentes ao Acervo Digital da Hospedaria de Imigrantes e outros repositórios externos, além do oferecimento dos cursos e palestras.

É interessante notar que a prestação de serviços não figurava com centralidade no projeto original CPPR, mas acabou assumindo protagonismo após a abertura do espaço em função, por um lado, da forte demanda do público, e, por outro, da pré-existência de núcleos internos dedicados às atividades de pesquisa, documentação e gestão integrada das coleções museológica, arquivística e bibliográfica, para as quais o Centro se tornou um importante espaço de difusão.

Além de atender às demandas do público, a continuidade das pesquisas junto ao arquivo da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás (recolhido em 2010 pelo Arquivo Público do Estado) representou a manutenção do vínculo com o próprio lugar de memória que a instituição ocupa e, também, com as comunidades migrantes que pautavam com protagonismo as ações da instituição em suas configurações anteriores (Centro Histórico do Imigrante, Museu da Imigração e Memorial do Imigrante).

Ao ampliar as informações, orientações e indicações oferecidas para além dos registros da Hospedaria por meio de parcerias externas com arquivos, cartórios e repositórios internacionais, o CPPR qualificou a sua atuação e tornou-se um espaço de referência para o público interessado na área de genealogia, na pesquisa de registros de migrantes e na história da imigração no Brasil.

O CPPR vem, portanto, buscando consolidar a sua identidade e vocação em diálogo com as demandas do público e com as prioridades estabelecidas pela gestão. A dimensão da oferta de serviços é reforçada pela atual OS gestora do MI, que enxerga nos cursos oferecidos pelo Centro uma oportunidade de fidelização dos

¹²⁵ VARZEA, M. *et al.*, 2021, *op. cit.*, p.94.

públicos e de geração de receitas¹²⁶ que podem contribuir para a sustentabilidade da instituição em um contexto em que aumenta cada vez mais a pressão pela captação de recursos externos. Caberá, contudo, ao Museu avaliar futuramente os resultados dessa diretriz, uma vez que a cobrança por serviços é reconhecidamente um fator limitante para o pleno acesso dos públicos.

De qualquer modo, o exemplo do Museu da Imigração se coaduna com a interpretação de Mário Moutinho¹²⁷, para quem os museus devem assumir-se como instituições prestadoras de serviço, reforçando a definição postulada na Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), segundo a qual “o museu é uma instituição a serviço da sociedade”. Nesse sentido, é possível afirmar que o CPPR representa, para o Museu da Imigração, uma interface qualificada de contato com os públicos e suas demandas no âmbito da preservação e da pesquisa.

Por fim, o Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista, do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, apresenta como diferencial a geração de conteúdos por meio de **ações horizontais e colaborativas** com as comunidades, sobretudo junto aos povos indígenas da região, sendo a instância responsável por aglutinar diversos agentes para colaborar com os vários programas museológicos.

Por meio da articulação, interlocução e ampliação dos diálogos internos e externos de diferentes naturezas, o Centro abre possibilidades para o Museu ressignificar seu acervo e suas políticas institucionais, criar novas narrativas e ampliar seu repertório. Esse ciclo curatorial que se irradia a partir do Centro de Referência contempla as ações de coleta, processamento técnico, documentação, conservação, pesquisa, exposição e educação, se traduzindo em atividades como oficinas, exposições autonarrativas, ações formativas e apoio a iniciativas de preservação da memória das comunidades indígenas.

¹²⁶ Como apontado anteriormente, o Museu prevê que essa fonte represente, em média, 6% de sua captação financeira anual entre os anos de 2022 e 2026.

¹²⁷ MOUTINHO, Mário C. Os Museus como instituições prestadoras de serviços. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, [S. l.], n. 12, 2008.

O Centro percorre, assim, os caminhos da prática da **curadoria colaborativa**¹²⁸ em seu sentido mais amplo de exercício de criação de significados para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade de comunidades, seus saberes, visões de mundo e lugares de fala, questionando narrativas oficiais, eurocêntricas e verticalizadas.

Em uma dimensão prática e operacional, a experiência do MIV traz também à tona a perspectiva dos museus de pequeno porte localizados no interior do Estado de São Paulo. Por conta das equipes e orçamentos enxutos, a necessidade de trabalhar em rede, estabelecendo parcerias com instituições, grupos e pesquisadores que não integram formalmente os quadros do museu, se faz fundamental para a própria capacidade de execução de seus projetos e atividades. A ausência de um espaço físico exclusivamente dedicado ao atendimento do público e à consulta dos acervos após uma década de funcionamento do Centro é um sintoma relevante desse contexto a ser observado e mitigado.

¹²⁸ Para Bruno, a definição contemporânea de curadoria reconhece que “[...] é fundamental o exercício do olhar, a implementação de atividades solidárias e o respeito às exigências sócio-culturais. Trata-se, em sua essência, de uma definição que não reserva espaço para ações isoladas, protagonismos individuais ou negligência em relação aos fruidores das atividades curatoriais.” BRUNO, M. C. O. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *In*: JULIÃO, Leticia (coord.); BITTENCOURT, José Neves. (org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**: medição em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008, p. 23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento dos centros de referência responde às demandas contemporâneas colocadas para os museus em relação à **produção e difusão de conhecimento, acesso a serviços, presença digital e participação dos públicos**. Como parte integrante dos museus, esses organismos estão em constante movimento e são também processos¹²⁹ sujeitos a transformações e aprimoramentos. Podem, na prática, acabar assumindo perfil e atuação diferente daquela inicialmente planejada, sendo moldados por diversas dinâmicas e demandas internas e externas à instituição.

Longe de propor definições, nosso exercício consistiu em iluminar, a partir da experiência paulista, as inúmeras formas de contribuição desses espaços para os museus, dentro das diferentes configurações institucionais que podem assumir. Com base nos casos analisados e nas fontes consultadas sobre o tema, compartilharemos a seguir algumas breves reflexões finais na tentativa de debater os avanços e os desafios relacionados à implantação, manutenção e amadurecimento de centros de referência nas instituições e processos museológicos.

Vimos que os Centros de Pesquisa e Referência nos museus da UPPM/SEC são uma plataforma para a pesquisa, produção e disseminação de conteúdos a partir de acervos híbridos (museológico, bibliográfico e arquivístico), e que podem ou não se configurar como núcleos colecionistas e/ou preservacionistas. Além disso, operam com o referenciamento de acervos externos, ampliando por meio destes as possibilidades de produção e difusão de conhecimento sobre as temáticas de interesse da instituição. Se desenham, especialmente, como espaços estratégicos para a integração institucional, para o desenvolvimento de parcerias e para a oferta de serviços à comunidade.

Dentro desse último aspecto, podemos observar que a necessidade das medidas de prevenção à covid-19 alterou os protocolos para consulta aos CPR e

¹²⁹ As ideias de *museu-processo* e de *obra-aberta* estiveram no bojo do pensamento de Waldisa Rússio e do surgimento da Nova Museologia e da Sociomuseologia. Segundo Teresa Scheiner, o conceito de *museu como processo* “indica a capacidade de transformação dos espaços museológicos ao longo dos anos, bem como traz o indicativo do caráter dinâmico dos museus, a capacidade de apropriação das novas tecnologias e adaptação ao contexto em que está inserido”. SCHEINER, 2008 *apud* SILVA, Míriam Célia R.; GARCIA, Luiz Henrique A. O poder dos museus junto ao público. **Revista Museu [online]**, Rio de Janeiro, 18. maio 2022.

acelerou o desenvolvimento das modalidades de atendimento remoto (*e-mail*, redes sociais, sala de videoconferência etc.) e de diversas outras estratégias de atuação no plano digital, como webinários, exposições virtuais, cursos *online* e publicação de conteúdos em *sites*, redes sociais, *blogs* e outras plataformas. Isso demonstra que, embora o fechamento dos museus nesse período tenha trazido grande impacto negativo, por outro lado também abriu a possibilidade de uma atuação virtual consolidada e de busca pela expansão de públicos.

Em uma perspectiva organizacional, também observamos que os CPR se constituem enquanto instâncias formais ou informais vinculadas prioritariamente aos setores de documentação e pesquisa, atendendo parcial ou integralmente às demandas dos Programa de Acervo e/ou do Programa de Pesquisa. Sua missão, contudo, busca extrapolar os limites de um programa museológico específico, uma vez que a organicidade e a transversalidade do processo de pesquisa (seja “básica” ou “aplicada”) pressupõe uma atuação em conjunto com todos os demais programas. Assim, os CPR se desenharam como espaços institucionais para os quais todas as áreas do museu devem convergir para promover, por um lado, a integração e a extroversão dos estudos multidisciplinares realizados pelas diversas áreas técnicas e, por outro, a internalização e a organicidade dos conteúdos nas equipes. Na prática, porém, essa interlocução nem sempre se estabelece, seja pelas limitações impostas pela estrutura organizacional, seja pelo fato de que essa articulação entre setores exige tempo e esforço de equipes muitas vezes sobrecarregadas.

A implantação dos Centros exige um trabalho de aprofundamento do escopo conceitual e técnico das instituições museológicas. O nível de abrangência precisa ser definido, parcerias articuladas e a adequação física do espaço resolvida, entre diversos outros encaminhamentos. É, portanto, imprescindível para a sua efetividade que as diretrizes de implantação venham acompanhadas de planejamento estratégico a longo prazo direcionado para a ampliação das equipes e dos recursos financeiros, manutenção dos acervos e equipamentos e implementação de espaços físicos e virtuais qualificados. A dimensão da gestão também é essencial para que a atuação do CPR na cadeia museológica viabilize a organicidade e a transversalidade das atividades de pesquisa dentro das mais diversas áreas, de maneira que seja movido

um círculo virtuoso de investigação e produção de conhecimento a nível institucional (informação verbal)¹³⁰.

Retomando as perspectivas iniciais da gestão da UPPM para o fortalecimento da pesquisa transdisciplinar nos museus da rede, vemos que muito se avançou a partir da implantação dos CPR – o que se reflete em números expressivos de atendimento ao público, criação de produtos, intercâmbio com instituições, ações formativas e de programação cultural. Contudo, há ainda um longo caminho a ser percorrido para a ampliação das parcerias entre as redes temáticas, para o intercâmbio de informações entre as instituições e para o desenvolvimento de projetos integrados de digitalização, pesquisa e gestão dos acervos. Embora exista um grande esforço das equipes técnicas de museus localizados não apenas no Estado de São Paulo, mas em todo o país, em gerar registros de suas coleções, a extroversão e integração de seus acervos por meios digitais ainda não é totalmente explorada por conta de restrições de diversas ordens. No caso dos museus que já operam nessa perspectiva, coloca-se o desafio de desenvolver políticas de preservação digital e de gestão de direitos autorais.

Outros obstáculos também podem ser identificados em um contexto mais amplo. No Brasil, a tendência neoliberal de desoneração do Estado, somada à tradição de descontinuidade das políticas públicas¹³¹ e o cenário atual de ataque à ciência, às instituições de pesquisa e ao campo da cultura são ameaças reais para as conquistas e avanços na produção de conhecimento pelo campo museal – em especial para os centros de referência.

Daí a importância de que os museus, mais do que nunca, se reafirmem enquanto instituições de pesquisa, fortalecendo seus programas e linhas de investigação, sistematizando e disponibilizando informações sobre seus bens musealizados e desenvolvendo parcerias com pesquisadores, universidades e centros de pesquisa de modo a ampliar, de forma conjunta, o impacto e a relevância social dessas instituições.

¹³⁰ Informação recebida por Camila C. Aderaldo durante o Webinário PESQUISA EM MUSEUS – Conhecimentos, Territórios e Públicos. Módulo 1 – “Pesquisa em Museus e Centros de Referência”. Museu do Futebol, ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXewDsxG_RQ. Acesso em: 17 ago. 2022.

¹³¹ RUBIM, Antonio A. Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

Enquanto *locus* privilegiado para a formação de redes com a comunidade e de aproximação qualificada com os públicos, os centros de referência têm se mostrado processos estratégicos para o fortalecimento do viés participativo nos museus. Tal qual preconiza a nova definição de museus do ICOM aprovada na Conferência de Praga, ao abrir as portas para a construção partilhada de conhecimento os museus são provocados a questionar suas práticas e narrativas por meio de novas perguntas, conhecimentos e olhares, atualizando-se como espaços fundamentais de representação e atuação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Bibliografia

ADERALDO, Camila Chagas. **Musealização de referências culturais**: um estudo de caso do Museu do Futebol. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016.

BRULON, Bruno. Pesquisa em Museus e pesquisa em Museologia: desafios políticos do presente. *In*: MAGALDI, M. B.; BRITTO, C. C. (org.). **Museu e museologia**: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: qual é o papel dos museus e dos Centros de Memória? **Cadernos Tramas da Memória**, Fortaleza, v. 1, p.115-126, maio 2011.

_____. (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

_____. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *In*: JULIÃO, Leticia (coord.); BITTENCOURT, José Neves. (org.). **Caderno de Diretrizes Museológicas 2**: medição em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2008.

_____. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, n. 9, p. 9-33, 1996.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

_____. A pesquisa em Museologia ou...por uma pesquisa adjetivada. *In*: ARAÚJO, B. M. *et al.* **Museologia e suas interfaces críticas**: museu, sociedade e os patrimônios. Recife: Editora UFPE, 2019.

CHAGAS, M. Pesquisa Museológica. *In*: GRANATO, M.; SANTOS, C.P. (org.). **Museu Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005.

CIDOC-ICOM. **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos:** categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2020/03/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CORAZZA, Bianca. **Organizações Sociais de Cultura:** um modelo de gestão sob o ponto de vista da Museologia. Um estudo de caso sobre o Memorial da Resistência de São Paulo. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CURY, Marília Xavier; YONAMINE, Denise. Centro de Referência Kaingang: coleção, conservação, pesquisa e comunicação da cultura indígena. *In:* CURY, Marília Xavier (org.). **Questões indígenas e museus – Enfoque regional para um debate museológico.** Brodowski; São Paulo: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Secretaria da Cultura do Estado de SP; 2014.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (org.). **Conceitos-chave de museologia.** São Paulo: Armand Colin; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise, Brasília, 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775?locale=pt_BR. Acesso em: 18 out. 2021.

MARINGELLI, Isabel C. Ayres da Silva. Arquivo d(e) museu: dinâmica documental na Pinacoteca de São Paulo. **Revista do Arquivo**, ano V, n. 10, jun. 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/dossie_entrevista_06.php. Acesso em: 06 jun. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. **Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas:** Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista:** história e cultura material, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MOTTA, R. V. da; KASEKER, D. P. A dimensão da pesquisa nos museus: centro de referência e o fortalecimento da rede temática de museus de arqueologia. *In:* CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas:** saberes e ética, novos paradigmas em

debate. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

MOUTINHO, Mário. Os Museus como instituições prestadoras de serviços. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, [S. l.], n. 12, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. A pesquisa no museu. **Ciências e letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

REZEK, Marcela C. O referenciamento como estratégia de preservação no museu do café – Mapeamento do patrimônio cultural do café. **Blog do Museu do Café**. 12 jun. 2020. Disponível em: <https://museudocafesantos.medium.com/o-referenciamento-como-estrat%C3%A9gia-de-preserva%C3%A7%C3%A3o-no-museu-do-caf%C3%A9-mapeamento-do-patrim%C3%B4nio-df6eb2df70d1>. Acesso em: 7 set. 2022.

RUBIM, Antonio A. Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641239008.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, Míriam Célia R.; GARCIA, Luiz Henrique A. O poder dos museus junto ao público. **Revista Museu** [online], Rio de Janeiro, 18. maio 2022. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2022/14158-o-poder-dos-museus-junto-ao-publico.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

SOARES, Ozias Jesus; GRUZMAN, Carla. O lugar da pesquisa na educação museal: desafios, panorama, perspectivas. **Redoc**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, maio/ago. 2019.

SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, p. 79-84, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/49>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNESCO. **Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural**. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

Fontes documentais

ACAM PORTINARI. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos**. Brasília: MinC/IBRAM, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARRUDA, Beatriz Cavalcanti de; FIGOLS, Francisca Aida Barbosa. **Plano Museológico do Museu do Futebol**. São Paulo: Instituto da Arte do Futebol Brasileiro, 2009.

EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre**. Brodowski, 2009.

EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2020.

EXPOMUS. **Plano Museológico do Museu da Imigração**. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/uploads/portal/gestao/transparencia/arquivos/plano-museologico-06-03-2020-11-12.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA HISTÓRIA DO CAFÉ E DA IMIGRAÇÃO. **Política de Acervo do Museu da Imigração**. São Paulo, 2018.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Projeto Centro de Referência do Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: APAC, ago. 2020.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Projeto do Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa**. São Paulo, jul. 2019. Disponível em: <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eesseers/2015/09/Doc.-3-Projeto-do-Centro-de-Refer%c3%aancia-do-Museu-da-L%c3%adngua-Portuguesa.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 03/2021**. Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, qualificada como Organização Social de Cultura, para gestão do Museu do Futebol. UPPM/SEC, 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Contrato de Gestão nº 04/2022**. Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o Instituto de Preservação e Difusão da História da Café e da Imigração, qualificada como Organização Social de Cultura, para gestão do Museu da Imigração. UPPM/SEC, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Convocação Pública – Resolução SC n. 13/2021**. Termo de Referência para elaboração de

proposta técnica e orçamentária para a gestão do: I – Museu do Futebol e/ou II – Museu Casa de Portinari, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, Museu de Esculturas Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro e Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP). UPPM/SEC, 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Diretrizes da UPPM para a Rede de Museus da SEC SP. *In*: **Documentos Norteadores para a convocação pública das OSs de Cultura**. Disponível em: http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Termo-deRefer%C3%Aancia_MAS-MIS-PA%C3%87O.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Termo de Referência para elaboração da Proposta Técnica Orçamentária. **Documentos Norteadores para a convocação pública das OSs de Cultura**. Disponível em: http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Termo-deRefer%C3%Aancia_MAS-MIS-PA%C3%87O.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. **Subsídios para a Política Estadual de Museus**. UPPM/SEC, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 set. 2022.

VARZEA, M. *et al.* **Plano Museológico do Museu do Futebol**. São Paulo: IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, 2021.

[Webinário] PESQUISA EM MUSEUS – Conhecimentos, Territórios e Públicos. Módulo 1 – “Pesquisa em Museus e Centros de Referência”. São Paulo: Museu do Futebol, ago. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eXewDsxD_RQ. Acesso em: 17 ago. 2022.

ANEXO – Tabela comparativa dos CPR do Museu do Futebol, Museu da Imigração e Museu Índia Vanuïre

Museu	Centro de Referência	Inauguração	Missão	Acervos	Nº de atendimentos	Parcerias	Banco de dados	Organograma	Equipe	Estrutura física	Perfil de usuários	Diretrizes futuras	Característica principal
Museu do Futebol (MF)	Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB)	2013	Pesquisar e documentar diferentes expressões do futebol no Brasil, com vistas à constituição do acervo do Museu do Futebol	Museológico (digital); Arquivístico; Bibliográfico	28.590 (2013-2021)	Museus, memoriais, centros e grupos de pesquisas em universidades	Sistemas Integrados (Base7)	Instância formal (Núcleo do Centro de Referência). Escopo de atuação corresponde ao Programa de Acervos e Pesquisa	1 Coordenador 1 Supervisor 1 Bibliotecário 2 Pesquisadores 1 Técnico em Documentação 2 Estagiários	Área de 45 m² com biblioteca, midateca e terminais de consulta	Visitantes do museu (61%); Funcionários (12%); Estudantes e pesquisadores (10%)	Estruturar novos eixos temáticos de pesquisa; Fortalecer a equipe dedicada à pesquisa; Ampliar o acesso ao acervo digital do Museu do Futebol; Elaborar Política de Preservação Digital e Política de Gestão dos Direitos Autorais e Conexos; Criar novos produtos, intercâmbio com instituições, ações extramuros e processos colaborativos junto aos demais núcleos	Salvaguarda de referências culturais
Museu da Imigração (MI)	Centro de Pesquisa, Preservação e Referência (CPPR)	2016	Salvaguarda, pesquisa e difusão de referências patrimoniais sobre a história das migrações em São Paulo	Museológico; História Oral; Arquivístico (institucional); Bibliográfico	33.868 (2017-2021)	Arquivos e bancos internacionais de genealogia (Family Search e My Heritage)	InPatrimonum e BMWeb	Instância não formal, alocada entre o Núcleo de Pesquisa e o Núcleo de Preservação, cuja atuação corresponde ao Programa de Acervo	1 Analista de Pesquisa Sênior 1 Analista de Pesquisa Júnior 1 Assistente de Pesquisa 1 Estagiário de Pesquisa	Área para biblioteca, arquivo, terminais de consulta, mesas individuais e para reuniões	Público interessado em pesquisas sobre antepassados no acervo da Hospedaria e em Genealogia	Criar repositório institucional unificado para consulta online; Retomar tratamento do Acervo Digital e ampliar parcerias	Prestação de serviços
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre (MIV)	Centro de Referência Kaingang e dos Povos Indígenas do Oeste Paulista	2012	Reunir, para valorização, referências culturais, sociais, patrimoniais, cotidianas, históricas, etnológicas, arqueológicas, ecológicas, da saúde, artísticas e indígenas sobre os povos indígenas do oeste paulista	Museológico (etnográfico e histórico); Bibliográfico	-	Povos indígenas, universidades, instituições nacionais e internacionais, pesquisadores	Não possui	Subunidade do Núcleo de Pesquisa e Preservação, responsável por atender às atividades do Programa de Pesquisa e do Programa de Acervo.	1 Pesquisador Documentalista	Não possui espaço físico exclusivamente dedicado aos consultantes	Pesquisadores, jornalistas, artistas, indígenas e interessados	Ampliar equipe; Estruturar espaço físico; Ampliar parcerias com instituições nacionais e internacionais; Implementar repositório digital de acervo; Desenvolver políticas de preservação digital e de gestão de direitos autorais	Ações colaborativas